



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**EDITAL DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019
PROCESSO: 1.32.000.000268/2019-09**

A **UNIÃO FEDERAL**, através da **Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR/RR**, CNPJ nº 26.989.715/0027-41, situada na rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, e de seu Pregoeiro, designado pela Portaria PR-RR nº 034, de 09 de maio de 2019, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui o Pregão, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 – Regulamenta o Pregão, Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto das ME e EPP, Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015 – Regulamenta o tratamento favorecida às ME/EPP's e demais normas pertinentes e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009;

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;
e

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA;

I - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.0 A abertura da sessão pública ocorrerá conforme abaixo:

Data: 25/09/2019 (Quarta-Feira)

Horário: 10h00 A.M. (horário de Brasília)

Horário: 09h00 A.M. (horário de Boa Vista/RR)

Local: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

UASG: 380006

RETIRADA DESTE EDITAL – O download deste Edital está disponível gratuitamente na seguinte página da Internet: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico/> e www.comprasgovernamentais.gov.br, ou poderá ser solicitado pelo e-mail prrr-cpl@mpf.mp.br ou, ainda, na sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, situada no endereço citado no preâmbulo deste Edital, mediante a apresentação de mídia gravável (pen-drive, CD/DVD), para gravação do edital.

II – DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância armada (posto 12x36 noturno e diurno, e posto 44h diurno semanal)**, conforme especificações e quantitativos constantes do termo de referência, Anexo I deste edital.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, **prevalecerão as últimas.**

2.3 Em caso de discordância existente entre a data e os horários da Sessão Pública deste certame registrada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e a data e os horários constante deste Edital na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**, **prevalecerá a primeira.**

2.4 Em caso de entrada ou encerramento do horário de verão entre a data de lançamento do certame e a data marcada para a realização da Sessão Pública deste certame, prevalecerá, para efeitos de abertura da sessão, o horário local de Boa Vista-RR, estabelecido na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO.**

2.5 A licitação será formada por apenas um grupo, composto pelos itens 1, 2 e 3, conforme tópico 3. OBJETO constante do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6 O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

3.7 As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) serão reconhecidas automaticamente pelo sistema, através da verificação do porte da empresa na Receita Federal.

3.8 Nenhuma pessoa, mesmo que credenciada mediante procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 A participação neste Pregão é para quaisquer empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2 Não poderão participar deste Pregão os interessados:

- a)** suspensos de participarem de licitação e impedido de contratar com a PR-RR, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni-

ção ou até que seja promovida sua reabilitação;

c) suspensos ou impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

e) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

f) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

f.1) será permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93 (à luz do Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

g) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

h) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

i) Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

j) cujo estatuto ou contrato social **não** inclua o(s) objeto(s) deste Pregão ou que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

k) Cooperativas;

k.1) SÚMULA TCU 281: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

l) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3 Como condição para participação neste Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

a.1) nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

V – DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário mar-

cados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6 O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário;
- b) a quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;
- c) marca;
- d) modelo / versão;
- e) fabricante; e
- f) descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.11 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.12 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.13 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos;

5.14 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital;

5.15 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe modificação dos termos originais, exceto quanto ao valor da proposta nos seguintes casos:

- a) durante a etapa de lances; e
- b) para a correção de falhas ou em consequência de negociação realizada pelo Pregoeiro.

VI – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participam da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14 Encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de ME/EPP's/Equiparada no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada. Caso esta (a primeira colocada) não seja ME/EPP/Equiparada:

- a)** Será considerado empate quando uma ou mais ME/EPP's apresentarem propostas com valores iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação;
- b)** A ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 5% da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última

oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido;

c) na hipótese da alínea anterior, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação;

d) não havendo ME/EPP ou quando não for exercido o direito previsto no **item 6.15.b.**, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do menor preço ofertado com o valor estimado para a contratação. Não sendo aceito, o Pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do preço ofertado;

e) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável; e

f) obtida uma proposta de preços julgada aceitável, o Pregoeiro consultará a base de dados do SICAF e outros meios legais para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital.

6.12 O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL.

6.12.1 Será desclassificada a proposta que apresentar valor unitário (por item) superior ao limite relacionado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), tópico 3. OBJETOS, ou proposta com preços manifestamente inexequíveis.

VII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo valor unitário seja superior ao limite máximo exigido ou torne o preço do objeto manifestamente inexequível.

7.3 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.4 O Pregoeiro convocará o licitante detentor do lance de menor valor para enviar arquivos digitais (meio digital) contendo sua proposta **em conjunto com os documentos habilitatórios**, através de funcionalidade presente no sistema Comprasnet (upload), no prazo estabelecido na forma do **item 8.12** deste edital.

7.5 A proposta, conforme condição anterior, a ser enviada em meio digital pelo licitante, deverá estar assinada e escaneada e conter todos os dados a seguir:

a) Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ;

b) endereço completo do licitante, telefones de contato e e-mail, data e assinatura do responsável pela proposta, indicação de prazo de validade na proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura do contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa);

c) especificação do objeto, unidade de medida, quantidade, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, marca, fabricante e modelo/referência e prazo de garantia – se houver;

d) prospectos, imagens, catálogos, laudos e/ou certificados, os quais comprovem que as características do objeto ofertado atendem às exigências do Edital – se houver; e

d) para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).

7.6 A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:

a) GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da licitante.

b) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Anexo V deste Edital.

7.6.1 se os documentos solicitados no **item 7.6** não forem enviados concomitantemente à proposta, o Pregoeiro poderá fixar prazo adicional para a sua apresentação.

7.7 Para fins de apresentação da proposta de preços, é obrigatório o uso da planilha de custos modelo, a qual está disponível no sítio da procuradoria da República no Estado de Roraima. Link para download: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico>.

7.7.1 O Pregoeiro poderá fixar prazo adicional para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes.

7.8 As propostas digitais ficarão disponíveis no sistema eletrônico como meio de fiscalização dos outros licitantes e da sociedade, razão pela qual elas devem ser obrigatoriamente e exclusivamente enviadas pelo sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei e neste Edital.

7.15 O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PR-RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

7.17 Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

7.18 O pregoeiro e a autoridade superior da Procuradoria da República no Estado de Roraima poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando aos licitantes prazos para atendimento, sendo vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de lances e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá imediatamente após o recebimento da documentação, a verificação do atendimento das condições de habilitação do licitante.

8.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura con-

tratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.3 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

8.2.4 Havendo irregularidade no cadastramento do SICAF, e não sendo apresentado a documentação satisfatória atualizada e regularizada, o licitante será **inabilitado**.

8.3 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, , segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI.
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade para com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual e Municipal**, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Qualificação Econômico-Financeira**:

a) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.1) O balanço a ser apresentado, caso solicitado, deverá ser o último elaborado

pela licitante, ou seja, o do exercício social do ano de 2018 (dois mil e dezoito);

b.2) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

c) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a **60 (sessenta) dias**, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

8.6 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Qualificação Técnica:**

a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) aptidão da licitante para fornecimento dos objetos compatíveis em características técnicas e prazos com o objeto desta licitação, apresentado na forma do tópico 21. DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

a.1) Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) por empresa(s) do mesmo grupo empresarial do licitante;

b) declaração de vistoria ou de dispensa de vistoria dos locais de prestação dos serviços, conforme modelo constante no **Anexo VI** deste Edital (vide tópico 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital).

c) autorização para funcionamento no Estado de Roraima, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/06/1983, o Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e a Portaria/DPF-MJ nº 992, de 25/10/1995;

d) certificado de segurança expedido pela Comissão de Vistoria da Superintendência da Polícia Federal, conforme especificado na Portaria DG/DPF nº 387/2006 de 28 de agosto de 2006;

e) autorização para funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância e segurança, concedida pelo Ministério da Justiça (MJ), com base na Lei n.º 7.102/83, alterada pela Lei n.º 9.017/95, Decreto n.º 89.056/83 alterado pelo Decreto n.º 1.592/95, e alterações.

f) cópia do contrato com escola ou curso de formação e reciclagem de vigilantes, autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria MJ nº 992, de 25/10/95, e alterações;

8.6.1 Demais diretrizes para qualificação técnica estão dispostas no tópico 21. DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

8.7 Os licitantes deverão apresentar, ainda, para fins de habilitação neste certame, as seguintes declarações:

a) declaração firmada pela licitante, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Lei nº 9.854/99);

b) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE conforme dispõem o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b.1) se a declaração não for entregue concomitantemente à documentação de habilitação, o Pregoeiro poderá fixar prazo adicional para a sua apresentação.

8.8 O registro cadastral no SICAF substitui, **quando regular**:

- a)** a habilitação jurídica - **item 8.3**;
- b)** a regularidade fiscal (federal, estadual e municipal), trabalhista e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - **item 8.4**; e
- c)** a qualificação econômico-financeira - **item 8.5.a**.

8.9 A declaração prevista no **subitem 8.7.a (mesma do item 4.4.d)** e as previstas nos **subitens 4.4.a, 4.4.b, 4.4.c, e 4.4.e** deste Edital terão o seu preenchimento obrigatório em campo próprio do sistema do “PREGÃO ELETRÔNICO” no momento de cadastramento da proposta e serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, não havendo a necessidade do envio desses documentos por meio do sistema ou por qualquer outro meio, exceto por solicitação do Pregoeiro.

8.10 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado **(a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nesta seção não compreendidos no SICAF e a proposta de que trata o **item 7.4 e 7.5** deste Edital deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro via “chat” da Sessão.

8.12.1 O prazo a ser fixado será estabelecido individualmente para cada licitante ou para todos ao mesmo tempo, conforme entendimento do Pregoeiro, terá duração mínima de 2 (duas) horas.

8.12.2 O prazo a ser fixado poderá ser prorrogado para a correção de falhas ou inclusão de documentos faltantes ou inclusão de novos documentos, respeitado o princípio da isonomia.

8.13 Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile ou e-mail.

8.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15 As ME/EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17 A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.18 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

6.19 Verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos

deste Edital.

6.20 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.21 Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.22 Na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, com posterior encaminhamento dos autos ao gestor da Procuradoria da República no Estado de Roraima para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.23 Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima para julgamento e, em caso de improvidamento, adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.24 Como forma de atender o princípio da Publicidade dos atos administrativos e de dar total transparência do certame para sociedade e para a fiscalização, não serão aceitos propostas e documentos habilitatórios encaminhados por e-mail ou fac-símile. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por tais meios.

8.25 Caso o Pregoeiro julgue necessário para esclarecimentos e efetue tal solicitação (somente nesse caso), o licitante tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a finalização do certame, para enviar os originais ou cópias autenticadas para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ficando esclarecido que o descumprimento de tal obrigação implicará na inabilitação do licitante e o sujeitará às sanções previstas neste Edital.

IX – DO TERMO DE CONTRATO

9.1 Homologada a licitação, será formalizado o contrato com fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

9.2 No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a PR/RR registrará o licitante seguinte, mantida a ordem de classificação.

9.3 Publicado na imprensa oficial, o contrato terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme artigo 14 do Decreto nº 7.892/2013.

9.4 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

9.5 Os encargos das partes bem como as demais normas relativas à validade e recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração, reajuste, repactuação e rescisão contratual constam no Termo de Referência, anexo deste Edital.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Conforme **tópico 10. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XI – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Conforme **tópico 20. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS** do Termo de Referência, anexo deste Edital:

XII – DO PAGAMENTO

12.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos produtos efetivamente entregues, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para as compras até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), e até 15 (quinze) dias úteis para as compras acima desse valor,** a contar da entrega da nota fiscal pertinente devidamente atestada por definitivo, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CON-

TRATADA, condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor do Contrato, da completa e correta execução do fornecimento, em relação ao estabelecido no termo de referência da LICITAÇÃO.

12.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (\text{TX}) \quad = \quad \frac{I \quad (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.4 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

13.1 Conforme **tópico 24. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Conforme **tópico 22. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1 não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.2 **deixar de entregar documentação exigida no certame;**

15.1.3 **apresentar documentação falsa exigida para o certame;**

15.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto ou do certame;

15.1.4.1 considera-se retardamento na execução do objeto ou do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

15.1.5 **não manter a proposta;**

15.1.5.1 considera-se não manter a proposta a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

15.1.6 falhar na execução do contrato;

15.1.6.1 considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pelo contratado.

15.1.7 fraudar na execução do contrato;

15.1.7.1 considera-se fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

15.1.8 cometer fraude fiscal; e

15.1.9 **comportar-se de modo inidôneo;**

15.1.9.1 considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

15.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no **item 15.1** ficará

sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

15.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.3.1 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.6 As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

XVI – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

16.1 O Contrato poderá ser cancelado de pleno direito pela autoridade administrativa competente da Procuradoria da República no Estado de Roraima, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

16.1.1 A empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

16.1.2 A empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente não aceitar sua justificativa;

16.1.3 A empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação de corrente desta contratação, nas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações;

16.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação de corrente desta contratação;

16.1.5 Os preços contratados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço;

16.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

16.1.7 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer algumas das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações.

16.2 Ocorrendo o cancelamento do Contrato pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem à contratação;

16.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

XVII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à reali-

zação da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

XIX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br.

19.2 Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

19.3 Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br.

19.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão serão entranhados nos autos do processo licitatório e disponibilizadas no sistema eletrônico ComprasNet para os interessados.

19.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

XX – DOS RECURSOS

20.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

20.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

20.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

20.1.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará

a correr do término do prazo da recorrente.

20.2 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do **Processo Administrativo 1.32.000.000268/2019-09** franqueada aos interessados.

20.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

20.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Secretário Estadual adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2 Ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2.1 A anulação do Pregão induz à do contrato, bem como à da nota de empenho.

21.2.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6 Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 A adjudicatária está obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pela Procuradoria da República em Roraima até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do art. 65, da Lei 8.666/93 atualizada.

21.11 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

21.13 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

21.14 O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Roraima.

Boa Vista – RR, 12 de setembro de 2019

(Assinado Digitalmente)

Wagner Pontes de Sousa
Supervisor da SLDE
Pregoeiro

EMENTA: TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA ATENDER A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA.

1. INTRODUÇÃO – ALINHADO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MPF: ADEQUAR A ESTRUTURA DA UNIDADE PARA UMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFICIENTE E SEGURA

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório destinado à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA na Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), que compreenderá o fornecimento de mão de obra necessários para a adequada execução dos serviços inseridos nas atividades-meio desta Procuradoria, conforme especificações qualitativas e quantitativas estabelecidas abaixo em conformidade com a Programação Orçamentária Anual da UG 380006.

1.2. O presente Termo de Referência define de forma ampla o conjunto de elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para explicitar os serviços almejados pela PR-RR, em consonância com a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

1.3. Os significados dos termos e abreviações utilizados na presente especificação são os seguintes:

- a)** ACT: Acordo Coletivo de Trabalho;
- b)** CA: Coordenadoria de Administração;
- c)** CADIN: Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados Federal;
- d)** CBO: Classificação Brasileira de Ocupações – Instituída pela [Portaria Ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002](#), tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República.
- e)** CCT: Convenção Coletiva de Trabalho;
- f)** CNDT: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g)** CONTRATANTE: União, por intermédio do Ministério Público Federal –Procuradoria da República no Estado de Roraima;
- h)** CONTRATADA/PRESTADORA: Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o (s) objeto (s) desta licitação, após a assinatura do Termo de contrato para prestação de serviços contínuos e diários na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- i)** FAZENDA PÚBLICA: Conjunto de Órgãos da Administração Pública, destinados a arrecadação e à fiscalização de tributos, bem como a guarda dos recursos financeiros e títulos representativos de ativo e direitos do estado.
- j)** FISCAL/FISCALIZAÇÃO: Servidor (es) designado (s) formalmente para representar (em) a CONTRATANTE ou ATO, inerentes ao acompanhamento ou gerência fiscalizatória dos serviços contratados, ou corresponde à equipe que representa da Procuradoria da República no Estado de Roraima perante a CONTRATADA.
- k)** FGTS: Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço;
- l)** FORNECEDORA: Empresa contratada;

- m)** GRU: Guia de Recolhimento da União;
- n)** INSS: Instituto Nacional do Seguro Social;
- o)** JF: Justiça Federal;
- p)** JT: Justiça do Trabalho;
- q)** MPF: Ministério Público Federal;
- r)** MPT: Ministério Público do Trabalho;
- s)** MPDG: Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (antigo MPOG);
- t)** MPOG: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (atualmente MPDG);
- u)** MTE: Ministério do Trabalho;
- v)** PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela [Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976](#) e regulamentado pelo [Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991](#);
- w)** PR-RR: Procuradoria da República no Estado de Roraima;
- x)** **REGULARIDADE FISCAL (FAZENDÁRIA):** Prova da regularidade com as receitas/tributos municipais, estaduais e federais no domicílio ou sede da contratada/licitante;
- y)** SE: Secretário Estadual;
- z)** SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Poder Público Federal;
- aa)** SLDE: Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas;
- ab)** MSG: Setor de Manutenção e Serviços Gerais da PR-RR.

1.4. Constituem partes deste Termo:

- **Anexo I – QUADRO DEMONSTRATIVO DO EFETIVO DE VIGILÂNCIA POR TIPO DE POSTO;**
- **Anexo II – PLANILHA ESTIMATIVA (ORÇAMENTO DETALHADO) / MODELOS DE PLANILHAS PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS (incluindo instruções e básicas e observações para a utilização das planilhas);**
- **ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO e anexos;**

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1 Presume-se que as exigências contidas neste Termo de Referência, no edital e seus anexos, são de inteiro conhecimento dos licitantes que participarão do certame licitatório.

2.2 Os licitantes serão considerados especializados no fornecimento do respectivo objeto deste termo e, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar os dispositivos constantes do Edital de Licitação e em seus anexos, incluindo este Termo de Referência e a Minuta do contrato, cabendo às licitantes nos prazos legais e regulamentares, dirimirem as eventuais dúvidas junto à SLDE da Procuradoria da República em Roraima, pois não poderão ser alegadas em outra oportunidade, em favor de eventuais pretensões de acréscimo ou supressões de materiais extras e/ou alterações na composição dos valores propostos.

2.3 **As empresas que apresentarem suas propostas para o objeto aqui descrito deverão para efeito legal, terem regular cadastro no SICAF em observância ao Artigo 29 da Lei 8.666/93, Artigo 195, § 3º da CF/88, Artigo 47 da [Lei nº 8.212/91](#), Acórdão 2.237/2006 Primeira Câmara e à DECISÃO DO PLENÁRIO DO TCU. DOCUMENTO DC-0705-54/94-P, que vincula a obrigatoriedade que a administração tem em realizar a prévia consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a respeito de sua situação no momento da contratação ou fornecimento, bem como dos empenhos e pagamentos de despesas, consoante os artigos 27 a 32 da Lei nº 8.666/1993 e itens 8.7 e 8.8 da IN/MARE nº 5/1995, devendo, caso não possua cadastro no SICAF, realizá-lo em tempo hábil anterior à licitação.**

2.4 Deverá constar em anexo ao processo de licitação, a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar ocorrências contra a empresa contratada que a impeça de contratar com a Administração Pública, da qual será feita análise do tipo de infração cometida para que sejam tomadas as providências cabíveis, nos termos da IN/MARE nº 5/1995.

2.5 Ficará impedida de contratar com a Procuradoria da República em Roraima, a empresa que estiver

positivada no CADIN, condenada nos termos da [Lei nº 12.846/2013](#) e/ou estiver em débito com a Fazenda Pública com incidência de certidão irregular no SICAF, em especial os Débitos Trabalhistas, FGTS e INSS tendo em vista a observância ao Artigo 195, §3º da [Constituição Federal de 1988](#).

3. OBJETO

3.1 Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância armada e operação de monitoramento eletrônico, a serem executados de forma contínua, nas dependências da Procuradoria da República no Estado de Roraima em Boa Vista/RR, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e em seus Anexos.

3.2 SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA E OPERAÇÃO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO – ND 3.3.90.37 – 03:

GRUPO 1 (ITENS 1, 2 e 3)						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNT.	VALOR MENSAL ESTIMADO POR POSTO (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, ESCALA 12 X 36 H DIURNAS – SEGUNDA A DOMINGO, CBO 5173-30.	POSTO	2	7.646,99	15.293,99	183.527,83
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, ESCALA 12X36H NO-TURNAS – SEGUNDA A DOMINGO, CBO 5173-30.	POSTO	3	9.200,66	27.601,97	331.223,64
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS, CBO 5173-30.	POSTO	3	4.267,08	12.801,24	153.614,88
TOTAL DO CONTRATO PARA 12 MESES DE VIGÊNCIA R\$						668.366,35

3.3. Os preços estimados no quadro acima estão de acordo com a [Instrução Normativa nº 5 de 27 de maio de 2017](#), [Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017](#), Reforma Trabalhista e mapa comparativo de preços [SECGC /2019 \(PRRR-00021229/2019\)](#), bem como a sua média está de acordo com o § 2º do Art. 2º da referida IN e [Portaria SG/MPF nº 821, de 22 de agosto de 2017](#).

3.4. O Anexo “I” deste termo de referência traz a informações de quantitativo de efetivo por tipo de posto.

4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Prestação de serviços de vigilância armada e operação de monitoramento eletrônico nas dependências da Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), situadas em Boa Vista – RR, podendo compreender os seguintes locais:

Edifício Principal (Sede) – Rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo I – Rua General Penha Brasil, 1185/2, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo II – Rua Paulo Pereira, 74, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo III – Rua Franco de Carvalho, 378, Bairro São Francisco;
Obra da nova Sede em construção – Rua General Sampaio, 496, Bairro 13 de Setembro.

4.2 Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada e devidamente habilitada, na forma da lei, para a realização do objeto descrito.

4.3 Os serviços poderão a critério da Administração (PR-RR) e mediante prévio aviso, serem prestados em outras instalações do MPF, desde que dentro do Município de Boa Vista, em casos de eventual transferência de instalações e unidades organizacionais do órgão contratante, respeitado os quantitativos estabelecidos em contrato.

4.4 O regime de execução dos serviços aqui propostos serão de execução continuada e poderão ser prestados de forma interrupta até o limite de 60 (sessenta meses) na forma do [Decreto nº 9.507/2018](#) e Artigo 57, II da [Lei 8.666/93](#) e suas posteriores alterações, desde que os preços praticados em sua execução, sejam comprovadamente vantajosos à Administração.

5. INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 A empresa deverá iniciar a execução dos serviços nas dependências da PR-RR no dia **1º de outubro de 2019**, impreterivelmente, cabendo-lhe exclusivamente todas as providências prévias que forem necessárias para a efetiva implementação do objeto do contrato, como recrutamento e seleção, treinamentos, instruções, equipamentos, suprimentos, uniformes, comunicações, encaminhamentos, ambientação etc.

6. VIGÊNCIA

6.1 A prestação dos serviços constantes do presente termo de referência é de natureza continuada, razão pela qual **o contrato terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o **limite de 60 (sessenta) meses**, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/1993.

7. FACULDADE DE VISTORIA PRÉVIA DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1 É necessário facultar aos licitantes a vistoria prévia aos locais de prestação do serviço, a fim de verificar, se o entenderem necessário, as características e elementos das instalações que podem se constituir em parâmetros para composição de custos e de operações e que, por razões notórias de segurança institucional, não podem ser expostas em edital de licitação, tais como:

- acessos físicos dos edifícios;
- *layout* interno;
- sistema de CFTV;
- campos de visualização;
- existência de sensores e alarmes.

7.2 Caso o licitante opte por **não** realizar a vistoria prévia, deve necessariamente apresentar, para efeito de **habilitação no certame**, declaração expressa de que dispensa tal vistoria e que assume exclusivamente todo e qualquer ônus, que for decorrente do eventual desconhecimento das condições gerais e especiais das instalações da PR-RR.

8. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1 OBJETIVO: Objetivo da contratação é assegurar a operacionalização do subsistema de segurança das áreas e instalações das dependências do Ministério Público Federal (MPF) no Estado de Roraima, com vistas a resguardar a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio nas sedes e em seus anexos.

JUSTIFICATIVA

8.2 Os bens móveis adquiridos com recursos da União e alocados para o funcionamento do órgão do MPF em Roraima somam atualmente o valor aproximado de R\$ 3.320.367,06 (três milhões trezentos e vinte mil trezentos e sessenta e sete reais e zero seis centavos), segundo [Relatório de Movimentação de Bens](#)

Móveis -RMB - PR-RR-00017076/2019. Trata-se de equipamentos eletrônicos e de tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento de atividades típicas de escritório, assim como os veículos, mobília, material bibliográfico e outros tantos tipos em uso. Somam-se a estes os materiais de consumo em estoque no almoxarifado, essenciais para a continuidade das operações das PR-RR. A proteção deste patrimônio público, ante os riscos evidentes de depredação, violação, furto e outras ações que resultem em danos, depende da vigilância permanente e ostensiva.

8.3 Mais ainda, faz-se necessário zelar pela segurança dos documentos, que em grande parte consistem em autos de inquéritos policiais federais e de processos da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, além de inquéritos civis públicos, procedimentos investigatórios criminais e representações diversas, incluindo documentação reservada, sigilosa ou confidencial.

8.4 Outrossim, a presença da vigilância patrimonial contribui para a redução do risco de violências e ameaças contra a integridade física das pessoas e do risco de perturbação da ordem nas dependências do órgão público. Na atual estrutura do sistema de segurança orgânica, o apoio dos vigilantes se mostra essencial às atividades dos servidores públicos que possuem incumbências técnicas, como as de prestar segurança pessoal aos membros da instituição, de monitoramento das áreas e instalações e de promover a prevenção e a resposta a incidentes.

8.5 A imprescindibilidade destas atividades foi reconhecida, inclusive, no Plano de Segurança Institucional do MPF¹ - PR-RR00017081/2019, quando definiu em seu tópico 4.2.1 que a Segurança das Áreas e Instalações engloba,

- I – Sistema Físico: composto por vigilantes que executam diversos serviços de vigilância;
- II – Sistema Eletrônico – composto por equipamentos eletrônicos de segurança, como sensores, circuito fechado de televisão (CFTV), alarmes, fechaduras eletrônicas, sistemas de registro, catracas, cancelas, sistemas de controle de acesso etc.; e
- III – Sistema de Barreiras – envolve as diversas barreiras para segurança dos perímetros.

8.6 Ora, pela atual Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)² - PR-RR-00017741/2019, no ofício de Vigilante, ali identificado sob código 5173-30, estes profissionais,

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

8.7 Ocorre que estas atribuições não estão contempladas nas especialidades constantes do quadro de pessoal do Ministério Público da União (MPU). A própria norma interna que, por delegação da lei³, descreve o cargo efetivo de “Técnico do MPU / Apoio Técnico-Administrativo / Segurança Institucional e Transporte” (Portaria PGR/MPU nº 766, de 22/10/2013⁴), impõe uma distinção entre as atividades deste cargo e aquelas que podem ser objeto de terceirização, eis que estabelece, entre as atribuições destes servidores do quadro permanente, aquelas de “(...) fiscalizar, inspecionar, coordenar e controlar a execução das atividades de se-

1 Portaria PGR/MPF nº 417, de 05/07/2013.

2 CBO, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>), acesso em 12/07/2019.

3 Lei nº 13.316, de 20/07/2016, art. 3º, parágrafo único (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13316.htm). Acesso em 04.07.2019

4 Publicada no D.O.U. de 24/10/2013, seção I, p. 116 (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/10/2013&jornal=1&pagina=116&totalArquivos=128>).

gurança terceirizada; fiscalizar o cumprimento das normas de segurança institucional”; e de “(...) verificar a permanência dos vigilantes nos postos de serviço, prestando o apoio necessário (...)”.

8.8 Convém observar, ainda, que o plano de carreiras do MPU, no art. 2º inc. II da Lei 13.316/2016 (plano de carreira do MPU), extinguiu o cargo de auxiliar, para escolaridade de nível fundamental, deixando evidente a opção pelo modelo de terceirização, com vistas à economicidade.

8.9 No ano de 2018, a então Secretária de Segurança Institucional do MPF realizou a Análise de Risco nº 08/2018 – PR-RR-00018060/2019⁵ –, das condições locais de segurança e apontou a necessidade de implementação de melhorias. Entre estas, propôs a redefinição do quantitativo de postos de vigilância, de modo a viabilizar a guarnição ininterrupta:

- I) de uma guarita no acesso de veículos ao edifício principal;
- II) da área externa do edifício principal (ronda);
- III) do edifício anexo; e
- IV) da recepção principal.

8.10 Para isto, foi recomendada pelos técnicos de segurança⁶ a redução dos postos e substituição de alguns colaboradores por agentes de portaria. Todavia, no DESPACHO Nº 1000/2019/SE/PR-RR, o Senhor Secretário Estadual consideração temerária a contratação da forma indicada pela Seção de Segurança Orgânica, determinando a manutenção dos quantitativos atuais, com a seguinte configuração:

- a) 3 postos de 12 x 36 h noturnos;
- b) 2 postos de 12 x 36 h diurnos;
- c) 3 posto de 44 horas semanais.

8.11 Estes postos, combinados, são necessários e suficientes para viabilizar o funcionamento permanente e contínuo de uma guarita no edifício principal (sede), com monitoramento de CFTV, concomitante com um “posto 44 horas” itinerante, também na sede, um outro “posto 24 horas” fixo no edifício anexo I e um posto fixo no acesso principal de pessoas ao edifício-sede (sala do cidadão), que deve funcionar durante o horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira e um outro posto fixo na entrada dos servidores no prédio-sede (postos de 44 horas semanais).

8.12 Após aquela análise de risco, a Seção de Segurança Orgânica da PRRR, por meio do [MEMORANDO nº 9/2019/SESOT/PRRR – PR-RR-00009652/2019](#), indicou ATUALIZAÇÃO da distribuição dos postos, conforme foi destacado alhures. Todavia, cumpre registrar **que não se substituiu os postos de vigilância 44h semanais por agentes de portaria** em razão de que a Portaria PGR/MPF nº 417, de 05/07/2013, no tópico 4.2.1 dispõe que o sistema físico de vigilância será **composto por vigilantes** que executam diversos serviços de vigilância, conforme já destacado item 8.10.

8.13 Vale ressaltar que o fortalecimento da segurança institucional é um dos objetivos expressos no atual planejamento estratégico do MPF. A Instituição definiu, entre outros, o objetivo de,

Estruturar adequadamente um sistema capaz de garantir, de modo efetivo e com eficiência, a segurança do pessoal (membros, servidores, terceirizados e estagiários), dos dados, das informações, dos materiais, dos processos, dos documentos, das áreas e instalações de todas as Unidades do MPF. (...)

8.14 Quanto à inclusão da atividade de monitoramento eletrônico, no objeto da contratação, tal operação se mostra em sintonia com a diretriz expressa na Plano de Segurança Institucional do Ministério Público Fe-

⁵ Partes essenciais para a presente contratação

⁶ Memorando nº 09/2019/SESOT – PR-RR-00009652/2019.

deral⁷, em seu item 4.2.4, onde determina que “(...) As unidades do MPF, em regra, devem possuir um sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV com cobertura das áreas e locais sensíveis. Obrigatoriamente, este sistema deve monitorar o perímetro externo, estacionamentos, portarias, entradas de instalações sensíveis (almoxarifado, gabinetes de Procuradores, ASSPA etc.), interior da sala de equipamentos de informática, Centro de Processamento de Dados - CPD, interior da sala da central telefônica, locais de circulação e locais de atendimento ao público (...)”.

8.15 Assim, destaca-se que a contratação de tais serviços continuados é amparada pelo Decreto nº 9.507, de 21/09/2018⁸, e que o quantitativo de profissionais é o mínimo necessário para a efetividade dos serviços, definidos de acordo com a legislação que rege o assunto e, em especial, a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 26/05/2017⁹ e Instrução Normativa SG/MPF nº 02 de 19/02/2019¹⁰, e suas alterações posteriores.

8.16 A mencionada norma, expedida pela SEGES, foi adotada como referencial metodológico para a formulação dos requisitos e condições da contratação. Ainda que não seja considerada obrigatória a aplicação da IN 5/2017 no âmbito do Ministério Público da União, a Administração da PR-RR entende que é conveniente e necessária a sua adoção integral, considerando inclusive uma recomendação da Auditoria Interna do MPU.

9. DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS – REQUISITOS E DEFINIÇÕES GERAIS

9.1 DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

A empresa deverá exercer os serviços de segurança física e eletrônica, compreendida esta última como o monitoramento das imagens geradas através dos equipamentos próprios do órgão Contratante, que se encontram instalados estrategicamente em diversos pontos da edificação.

A prestação dos serviços de vigilância, nos postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

- a) comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- b) manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- c) observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
- d) permitir o ingresso, nas instalações, somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- f) repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

⁷ PORTARIA PGR/MPF Nº 417 DE 5 DE JULHO DE 2013.

⁸ Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm#art17). Acesso em: 12.07.2019.

⁹ Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf>). Acesso em: 12.07.2019

¹⁰ Dispõe sobre a contratação de serviços de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Ministério Público Federal.

- g)** comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
- h)** colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- i)** controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- j)** proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devidamente e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
- k)** proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
- l)** proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- m)** proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- n)** executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações e adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- o)** assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, com cabelos aparados, limpos e com apresentação pessoal adequada;
- p)** manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- q)** registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;
- r)** efetuar o monitoramento de imagens de CFTV, comunicando à área de segurança da Administração quaisquer anormalidades; observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto de trabalho, adotando as medidas de segurança necessárias e suficientes.

A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

A programação dos serviços poderá ser feita e refeita eventual ou periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

9.2 ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

9.2.1. VIGILÂNCIA OSTENSIVA

9.2.1.1. Descrição: Vigilante - CBO 5173-30 (vigilante)

9.2.1.2. Descrição Sumária das atividades: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive foco de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

9.2.1.3. **Qualificações/perfil profissional:** Que atenda todas as solicitações da Portaria 387/2006 DG/PF e alterações, em especial seu artigo 109.

9.2.2 UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE USO INDIVIDUAL

9.2.2.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

9.2.2.2. Os uniformes e EPI serão usados pelo empregado da Contratada diariamente, cabendo ao fiscal do Contrato a observância quanto ao cumprimento diário desta exigência;

9.2.2.3. A empresa deverá fornecer uniformes aos funcionários, de acordo com a categoria funcional e em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, seguindo o descrito mínimo abaixo:

Uniforme do Vigilante (masculino ou feminino)		
Conjunto de farda individual, para uso pessoal e intransferível		
Item	Quant. por conjunto	Troca
Calça para vigilante, tipo militar em brim, com logotipo da empresa no bolso direito	2	semestral
Camisa para vigilante tipo militar em brim, com logotipo da empresa no bolso direito	2	semestral
cinto de <i>nylon</i>	2	semestral
sapato – par	2	semestral
meias – par	2	semestral
quepe	1	semestral
capa de chuva com faixas refletivas	1	semestral
capa do colete à prova de balas	1	semestral

9.2.2.4. A substituição dos uniformes deverá ocorrer semestralmente, contados a partir da assinatura do contrato, ou, anteriormente, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação, devendo, necessariamente, ser fornecido à PR-RR comprovante de entrega dos uniformes mediante recibo nominal dos funcionários, devidamente assinado por estes.

9.2.2.5. O uniforme deverá obedecer às especificações determinadas pela Polícia Federal. No início do contrato, a empresa deverá fornecer para a Administração da PR-RR documentos comprobatórios no que diz respeito à aprovação dos uniformes por parte do DPF.

9.2.2.6. Os seguintes itens deverão ser entregues a cada posto no início da prestação de serviço, e ali mantidos, não tendo prazos de troca definidos, observados os itens a seguir definidos de uso individual por vigilante. Somente serão necessárias as substituições quando tiverem sua validade expirada ou não apresentarem condições mínimas de uso eficiente e seguro:

Conjunto de equipamentos para cada posto	Conjunto de equipamentos para cada vigilante (uso individual e intransferível)
a) revólver calibre 38; b) munição completa, com no mínimo 3 vezes a capacidade de tiros do revólver; c) cinto de acessórios com coldre e baleiro; d) colete a prova de balas (Nível IIA), removível; e) cassetete; f) porta cassetete; g) lanterna e pilhas. h) Bastão ou outro equipamento próprio para ronda eletrônica (no caso de posto com ronda eletrônica)	a) Crachá; b) apito; c) cordão de apito; d) protetor auricular (para utilizar eventualmente no posto que está localizado próximo a um motorizador de energia elétrica).

9.2.3 OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

9.2.3.1. O órgão Contratante disponibilizará aos postos de vigilância, exclusivamente para a execução dos serviços, os quais deverão ser acautelados e devidamente operados pelos funcionários da empresa contratada:

- a) sistema de comunicação interna via rádio, com um aparelho transmissor/receptor para cada posto de serviço, para a comunicação direta entre os vigilantes e entre estes e técnicos de segurança da PR-RR;
- b) terminal de monitoramento do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) próprio da PR-RR;
- c) linha e aparelho de telefonia fixa;
- d) materiais de expediente comuns e de pequeno vulto (papel, lápis, caneta, grampeador e outros materiais do gênero) que forem necessários;
- e) bebedouro refrigerado e o respectivo suprimento de água mineral para o posto da guarita;
- f) suprimento de produtos de higiene comuns para o banheiro/sanitário da guarita;
- g) outros materiais ou equipamentos comuns e afins aos serviços de vigilância, que eventualmente entender necessários, a seu exclusivo critério, mediante prévio comunicado à empresa Contratada.

9.2.3.2. Será de responsabilidade da empresa Contratada o fornecimento e o devido preenchimento de um livro de ocorrências para cada posto, cujo conteúdo terá caráter reservado e deve ser disponibilizado à PR-RR de imediato, sempre que solicitado pelo Responsável Técnico ou pelo Gestor do Contrato.

9.2.3.3. Os uniformes deverão ser fornecidos ao empregado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do início da execução do contrato, sendo renovados, nas mesmas condições e quantidades, a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.4. A não entrega dos uniformes dentro do prazo supracitado ensejará a não autorização de entrada dos funcionários da Contratada no local onde serão prestados os serviços, a abertura de Processo de Aplicação de Sanção e a glosa dos valores devidos de possíveis multas e da não prestação do serviço.

9.2.3.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

9.2.3.6. Os custos referentes à disponibilização dos uniformes não poderão ser repassados, em todo ou em parte, aos empregados da Contratada, sendo de exclusiva responsabilidade da mesma;

9.2.3.7. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.4 QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DO COLABORADOR

9.2.4.1. O colaborador que prestará o serviço pela empresa contratada deverá ser pertencente ao seu quadro de pessoal, que deverá prepará-lo para prestar os serviços e encaminhar homem ou mulher maior de 21 anos portador (a) de atestado de boa conduta e demais referências laborais, cíveis e criminais, tendo a função profissional devidamente registrada em sua carteira de trabalho.

9.2.4.2. Este colaborador ficará sob a inteira e exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada e será por ela designado para a execução dos serviços, conforme a categoria funcional descrita neste termo.

9.2.4.3. A Contratada deverá alocar colaboradores que atendam os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.102, de 20.06.83, no Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e na Portaria nº 3.233/2012 – DPF/MJ de 10.12.2012, e suas alterações, e dentre outros requisitos os seguintes:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- VI - não ter antecedentes criminais registrados;
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e
- VIII - possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas.

10. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os serviços propostos no presente termo classificam-se nas seguintes naturezas de despesa:

10.1.1. Natureza da Despesa: 3.3.90.37-03 – VIGILÂNCIA OSTENSIVA

10.2 A classificação orçamentária do objeto deste Termo de Referência está de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/MF/MPOG de 04 de maio de 2001 e alterações da Portaria nº 325 de 27 de agosto de 2001 e Portaria Interministerial 688/STN-SOF de 14 de outubro de 2005.

10.3 As despesas para a contratação dos serviços descritos pelo presente termo serão custeadas com os recursos consignados a Procuradoria da República em Roraima, no Orçamento Geral da União, no Plano Interno MSAEST, Natureza de Despesa 3.3.90.37, Fonte 0100, e posteriores empenhos à empresa contratada.

10.4 Em caso de alteração do Plano Interno, a CONTRATANTE adotará os meios necessários para alteração do contrato por meio célere e legal.

10.5 A dotação orçamentária para custeio do objeto do presente Termo de Referência será à conta do orçamento geral da União alocado ao MPF em tal período de vigência do CONTRATO e nos seus possíveis aditivos.

10.6 Os serviços propostos no presente Termo de Referência será custeado da seguinte forma: dentro do [LOA 2019](#) com abrangência da Programação Orçamentária 2019 e 2020 do MPF, vinculado PTRES 089954 e ao custeio do Plano Interno MSAEST da UG 380006.

11. VALOR ESTIMADO DAS CONTRATAÇÕES

11.1 O valor estimado anual dos objetos discriminados neste **Termo de Referência é de R\$ 668.366,35** (seiscentos e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

11.2 **O valor estimado global dos objetos discriminados no presente Termo de Referência em caso de sucessivas prorrogações até 60 meses é até R\$ 3.341.834,15 (três milhões trezentos e quarenta e um mil oitocentos e trinta e quatro reais e quinze centavos).**

11.3 Foi levado em consideração para os cálculos estimados, pesquisa de mercado com empresas regionais, preços praticados contratações similares e preços públicos, ressaltando que, quando da apresentação dos preços por parte dos licitantes, poderá ocorrer variações em decorrência de situações diferenciadas.

11.4 **Na composição dos preços propostos, tanto unitários como totais, foram considerados todos os custos diretos e indiretos relacionados com o objeto deste termo de referência, inclusive taxas, impostos e demais despesas que a empresa deverá pagar.**

12. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

12.1 Licitação tipo Pregão Eletrônico, com ampla concorrência, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL

13. ADJUDICAÇÃO DOS OBJETOS

13.1 Menor Preço.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 Serviços comuns nos termos do § 1º do Artigo 2º do [Decreto nº 5.450/2005](#).

14.2 Considerando que o parágrafo único do art. 1º, da [Lei no 10.520/2002](#) define Bens e Serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

14.3 O presente Termo de Referência define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao [Acórdão nº 313/2004](#) do Tribunal de Contas da União. Não obstante, a qualificação técnica da empresa deverá ser demonstrada na fase de habilitação da licitação, nos termos do Edital de Licitação.

14.4 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, 21 de setembro de 2018](#), constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

14.5 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15. DAS PROPOSTAS, PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

15.1 As propostas deverão ser apresentadas com preço unitário e total do objeto descritos neste Termo de Referência, considerando para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já incidindo todas as despesas com entrega, encargos, tributos e demais custos que se constituam, direta ou indiretamente, no valor a ser pago pela PR-RR;

15.2 A PROPOSTA DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE CONSIGNAR:

- a) O e-mail, número de telefone e fax da empresa interessada em registrar preços;**

- b) Nome do responsável da empresa e telefone;**
- c) VALOR UNITÁRIO DO OBJETO E TOTAL da proposta, em algarismos e por extenso, compatíveis com os preços de mercado conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93.**
- d) Dados bancários com nome do banco, agência e conta-corrente para pagamento dos objetos aqui expresso;**
- e) Proposta assinada pelo responsável legal da empresa.**

15.3 Os valores estimados, os quantitativos e os objetos deste Termo de Referência a terem seus preços contratados pelo prazo de até 60 meses, não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento líquido e certo, ou que isso justifique qualquer indenização.

15.4 Serão desclassificadas e responsabilizadas administrativamente, civilmente e penalmente nos termos da Lei as empresas licitantes que impedirem, fraudarem, perturbarem ou frustrarem o certame oriundo deste Termo de Referência nos termos dos Artigos 90 e 93 da Lei 8.666/93, sendo vedada em todas as fases da licitação o uso de softwares para lances automáticos, jogo de planilhas ou acerto de preços entre empresas, com especial vedação de participação de empresas que funcionem no mesmo estabelecimento comercial.

15.5 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

15.5.1.1. O cálculo do salário-base da categoria a ser contratada deverá basear-se em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente à data do Pregão Eletrônico, e caso não haja Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente, o salário-base da categoria deverá balizar-se minimamente pelo que rege o Decreto do salário-mínimo do corrente ano.

15.5.1.2. Conforme [Acórdão 1.595/2006 – Plenário TCU](#), o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada;

15.5.1.3. Os percentuais, valores e benefícios previstos na planilha de formação de preços, poderão sofrer alterações mediante repactuação (inclusos ou excluídos) caso após ou durante a licitação venha a existir normativo legal ou acordo e convenção coletiva que por ventura venha gerar ou excluir benefícios salariais para a categoria funcional do objeto deste Termo de Referência nos termos do artigo 12 do [Decreto nº 9.507/2018](#).

16. DAS COMUNICAÇÕES

16.1 As comunicações e notificações entre a empresa contratada e a PRRR para instrução contratual do objeto do presente termo de referência serão feitas:

I - pelo correio de endereço de e-mail descrito na proposta da contratada e naquele existente no cadastro da empresa no SICAF;

II - por Agente de Segurança Institucional do Ministério Público Federal em local conhecido onde sócios ou representantes legais da empresa possam ser localizados;

III - pelo chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual ou seu substituto, se representantes legais ou sócios da empresa contratada comparecer a Procuradoria da República no Estado de Roraima ou outra unidade do Órgão;

IV - por edital;

V - por meio eletrônico/telefônico que esteja descrita na proposta da empresa e registrado no cadastro da empresa no SICAF.

16.2 Para o disposto neste termo de referência, considera-se:

I - meio eletrônico como qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica como toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores e que tenha registro público no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto n.º 3.722, de 9 de janeiro de 2001, podendo também ser:

- a) e-mail;
- b) número de telefone contendo whatsapp;
- c) qualquer outra tecnologia que venha a ser reconhecidamente aceitável no meio processual pela lei, pela Administração e pelo Judiciário.

III - assinatura eletrônica como as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

- a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei e/ou normativo do MPF;

16.3 O envio de petições, de respostas, de recursos, e a prática de atos processuais vinculados ao objeto do presente termo de referência, quando já existir relação jurídica de contratante e contratado, serão feito exclusivamente por meio do protocolo eletrônico do MPF em Roraima ou por meio do sistema de peticionamento eletrônico, ressalvados hipóteses devidamente justificados que serão entregues fisicamente no protocolo da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

16.3.1. Endereço/Link do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF/RR:
www.protocolo.mpf.mp.br.

16.3.2. Endereço/Link do Sistema de Peticionamento Eletrônico:
www.peticonamento.mpf.mp.br.

- a) O credenciamento no sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal será realizado mediante prévio credenciamento junto a unidade do MPF mais próxima face a procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado ou de seu representante legal.

- b) Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

- c) O cadastramento para peticionamento eletrônico será feito mediante acesso e preenchimento de formulário acessível no endereço eletrônico www.peticonamento.mpf.mp.br.

16.4 Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Ministério Público Federal, do qual deverá ser fornecido protocolo eletrônico de entrega.

16.5 Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

16.6 As comunicações enviadas por e-mail à empresa deverão ser respondidos com o “ciente” em até 24h (vinte e quatro horas). Após esse prazo, será considerada recebida a mensagem para todos os fins, observadas as disposições da Lei 9.784/1999 quanto ao início da contagem de prazo no processo administrativo.

17. DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS, DAS REPACTUAÇÕES E DOS REAJUSTES

17.1 Os preços ajustados e apresentados na proposta dos licitantes serão definitivos não podendo ser onerados posteriormente por falta de inclusão de algum dado ou erro de preenchimento não contatado pela Administração, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA assumirá no cumprimento das

obrigações propostas;

17.2 A contratada terá direito à repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 12 do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#).

17.3 A repactuação ocorrerá face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no parágrafo acima, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

17.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da alocação do funcionário e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

17.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

17.6 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos dos serviços prestados decorrentes desses instrumentos.

17.7 Interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) Da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

b) Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

17.8 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

17.9 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

17.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

17.11 O Órgão ou a entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada;

17.12 As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objetos de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

17.13 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-

se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- b) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.14 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existentes.

17.15 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16 Para os materiais e equipamentos previstos na planilha de formação de preços do objeto deste Termo de Referência, poderá desde que devidamente justificado e comprovado o impacto oneroso ao contrato, haver reajustes anuais na forma da lei.

17.17 A periodicidade de reajuste dos insumos do futuro CONTRATO poderá ser anual, contada a partir da data limite para a apresentação da proposta, conforme disposto na Lei nº 10.192 de 14/02/2001, utilizando-se a variação do IPCA divulgado pelo IBGE, mediante aplicação do índice do mês anterior à data limite da apresentação da proposta e do índice do mês anterior ao mês previsto para o reajustamento.

17.18 No cálculo do 1º reajuste, que se dará apenas com o interregno de 1 ano de vigência contratual, deverá ser utilizado o índice do mês anterior à data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste e variação de custos decorrente do mercado, **sendo que somente será concedida** mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se os seguintes critérios a serem analisados pela PRRR:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) E a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

17.19 Para os reajustes subsequentes será utilizado o índice do mês anterior à data de concessão do último reajuste do CONTRATO e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.

17.20 À época devida, a CONTRATADA habilitar-se-á ao pagamento do reajuste com apresentação de Notas Fiscais/Faturas distintas:

- a) Uma relativa ao valor mensal reajustado.
- b) Outra referente ao valor retroativo, se houver.

17.21 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.22 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.23 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pelo contrato, inclusive o acréscimo de que

trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.24 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1 Será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; e que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e nem ocasionando prejuízo à execução do objeto pactuado e de forma vinculada haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DA LICITANTE, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

19.1 A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra **poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional**, conforme exceção prevista no § 5º-C C, inciso II, do art. 18 da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

20. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS

20.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 11º do Decreto nº 9.507/ 2018 e art. 9 da Portaria SG/MPF nº174/2019. Para tanto, a fiscalização da Administração, a qualquer tempo:

- a) terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da contratada;
- b) não permitirá que a mão de obra execute tarefas em desacordo com a programação preestabelecida;
- c) verificará o cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados da empresa contratada que prestarem serviços com dedicação exclusiva nas instalações do órgão contratante;
- d) poderá exigir a comprovação da manutenção das condições da empresa que ensejaram sua contratação;
- e) poderá notificar a empresa para correção de falhas que ocorrerem na execução dos serviços contratados, sem prejuízo de eventuais sanções cabíveis, conforme o caso;
- f) poderá solicitar a substituição de funcionário(s) ou a reposição ou renovação de peças de uniforme, materiais e equipamentos de responsabilidade da empresa contratada.
- g) solicitar à contratada a entrega da ficha cadastral preenchida pelos empregados terceirizados, contendo:
 - nome completo;
 - dados de pró-equidade de gênero e raça;
 - cargo ou função;
 - valor do salário;
 - horário do posto de trabalho
 - número do registro geral (RG) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
 - exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços; e
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- h) promover reunião, com a sua participação, entre o preposto da empresa e os empregados terceirizados, quando estes serão informados de seus direitos previstos em contrato, esclarecendo que estão autorizados a noticiar à Administração local do MPF o descumprimento de quaisquer desses direitos;

- i) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem estas solicitações;
- j) Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- k) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- l) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou o não cumprimento do contrato;
- m) Mensalmente, por ocasião do atesto dos serviços prestados, a Fiscalização promoverá rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e a unidade gestora providenciará o pagamento da fatura ou nota fiscal apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas em observância ao disposto no Artigo 195, § 3º da Constituição da República, onde havendo a permanência da inadimplência e sua permanência após o devido procedimento informativo, ficará vedado a continuidade do serviço, assim como qualquer outro tipo de benefícios tais como nova contratação, empenho, repactuações, reajustes e prorrogações de vigência contratual;
- n) Encaminhar ao Secretário estadual, os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas. A ação da Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

20.2 A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

20.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios rebitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da [Lei nº 8.666, de 1993](#).

20.4 Não obstante a empresa ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração se reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado, e isto, de nenhuma forma, restringirá a plenitude da responsabilidade da empresa Contratada.

a) A PR-RR poderá ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da empresa que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja julgada inconveniente.

b) A fiscalização manterá registro de ocorrências para acompanhamento, pelas partes, dos problemas que porventura venham a ocorrer, com indicação do horário de acontecimento, forma inicial de comunicação utilizada, fato motivador e horário do saneamento dos problemas, bem como para registro de qualquer anormalidade verificada.

20.5 Ao Fiscal das obrigações ou do (s) contrato (s) competirá:

- acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos respectivos objetos deste Termo de Referência, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da [Lei nº. 8.666/1993](#) e suas alterações.
- Emitir pareceres a respeito de todos os atos da (s) empresa (s) relativos ao fornecimento dos objetos deste Termo de Referência, em especial quanto a solicitação à autoridade competente de aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão de possível contrato que poderá vir a se firmar ou de obrigações firmadas.

20.6 É direito do Fiscal rejeitar quaisquer serviços quando entender que os mesmos estão fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência e na Minuta do Edital.

20.7 O fiscal deve, necessariamente e obrigatoriamente, se utilizar dos mais variados meios para realizar um bom e efetivo acompanhamento contratual, tais como leitura e observância de manuais e normativos de controle próprio de sua unidade e de órgãos de controle e fiscalização competente em matéria administrativa, trabalhista, previdenciária e tributária, não excluindo seus próprios mecanismos que lhe ajudem no bom acompanhamento da execução dos serviços que envolvam mão de obra, estabelecendo formas de controle da execução dos serviços e, principalmente, não permitindo, admitindo, possibilitando ou dando causa a atos que ensejem a caracterização de vínculo empregatício.

20.8 As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente da PR-RR para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/1993.

20.9 REGRAS GERAIS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE BÁSICO DO CONTRATO

20.9.1. Não obstante, a contratada será a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se no direito (sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade) de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso entre outras formas de fiscalização e controle:

- a)** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- b)** Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- c)** Solicitar à contratada a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso considere prejudicial à saúde dos usuários ou à boa conservação dos pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades do órgão público.
- d)** Notificar a contratada para adequar a prestação do serviço aos padrões estabelecidos no projeto básico, sem prejuízo de eventual sanção pertinente.

21. DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO

21.1 Qualificação técnica mínima para habilitação na licitação (conforme o art. 27, II, e o art. 30, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, alterada), observadas as formas estabelecidas em lei e no edital da licitação:

- a) autorização para funcionamento no Estado de Roraima, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/06/1983, o Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e a Portaria/DPF-MJ nº 992, de 25/10/1995;
- b) declaração de vistoria ou de dispensa de vistoria dos locais de prestação dos serviços (vide tópico 7).

21.2 Para habilitação na licitação, será exigida também, nos termos da lei e na forma definida no instrumento convocatório, a documentação:

21.2.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) os documentos de que trata a alínea anterior, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no

País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de administração em exercício; e

f) declaração de que atende ao disposto no art. 4º da Resolução nº 1, de 07.11.2005, e no art. 1º da Resolução nº 7, de 17.04.2006, ambas do CNMP, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no Anexo IV deste termo de referência;

g) Documento comprobatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, conforme modelo Anexo V –

21.2.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme disposto na Lei nº 12.440/11;

e) as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

f) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

g) a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação qualificação econômico-financeira;

21.2.3. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a licitante executou ou está executando atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme § 1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, respeitado, ainda, o seguinte:

b). Em consonância com o Acórdão TCU nº 1214/2013, e por força de orientação Auditoria Interna do Ministério Público da União – AUDIN, considerar-se-á como pertinente e compatível com o objeto ora licitado a comprovação de que a empresa executou (ou está executando) contrato(s) relativo(s) a, no mínimo, 50% do quantitativo efetivo do objeto descrito neste termo de referência;

c) A proponente deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, relacionando, se possível, o nome, cargo e telefone dos responsáveis pelas informações;

d) Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar o quesito de quantidade de postos para a capacidade técnica.

e) O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

f) Experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura deste Pregão (item 9.1.13 do ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – Plenário);

g) Para efeito do quesito temporal dos Atestados, os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

h) Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

i) certificado de segurança expedido pela Comissão de Vistoria da Superintendência da Polícia Federal, conforme especificado na Portaria DG/DPF nº 387/2006 de 28 de agosto de 2006;

j) autorização para funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância e segurança, concedida pelo Ministério da Justiça (MJ), com base na Lei n.º 7.102/83, alterada pela Lei n.º 9.017/95, Decreto n.º 89.056/83 alterado pelo Decreto n.º 1.592/95, e alterações.

k) cópia do contrato com escola ou curso de formação e reciclagem de vigilantes, autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria MJ n.º 992, de 25/10/95, e alterações;

l) O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) contendo, no mínimo, as seguintes informações: 1) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contratado; 3) prazo de execução do trabalho, e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Esses dados poderão ser utilizados pela PR/RR para comprovação das informações.

m) Não terá validade alguma o atestado emitido pelo próprio licitante ou por empresa pertencente ao mesmo grupo;

n) Será exigido Declaração (apenas para as empresas sediadas fora da Região de Boa Vista-RR), informando que, caso seja declarada vencedora da licitação, instalará, em Boa Vista-RR, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, filial ou escritório de representação dotado de infraestrutura adequada, com pessoal administrativo e técnico qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços a serem contratados.

21.2.4. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data designada para abertura da sessão pública, se não houver outro prazo de validade constante na própria certidão.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

22.1 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

22.1.1. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

22.1.2. Implantar, na data programada pela Administração, a mão de obra nos respectivos postos relacionados no anexo Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido.

22.1.3. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme descrito neste termo de referência, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, com a devida aprovação da Polícia Federal, nos termos do regulamento próprio.

22.1.4. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.

22.1.5. Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos.

22.1.6. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos.

22.1.7. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

22.1.8. Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

22.1.9. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Administração.

22.1.10. Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

22.1.11. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Administração.

22.1.12. Atender de imediato às solicitações, quanto a substituições da mão de obra que venha a ser qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

22.1.13. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento dos regulamentos internos do órgão contratante e as normas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

22.1.14. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

22.1.15. Inspeccionar os postos, obrigatoriamente, no mínimo 2 (duas) vezes por semana, por meio de seus supervisores, em dias e períodos alternados (diurno 7h/15h e noturno 15h/23h).

22.1.16. Sem prejuízo da atuação proativa, prévia e planejada que for necessária à perfeita execução do contrato, deve a empresa atender aos eventuais chamados telefônicos do Gestor ou do Fiscal do Contrato (representante da PR-RR), por meio de:

- a) preposto(s) na cidade de Boa Vista (RR), de sobreaviso durante o horário comercial (08h a 18h, de segunda-feira a sexta-feira), para receber documentação ou solucionar de imediato as dúvidas ou problemas operacionais;
- b) serviço de atendimento 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo, inclusive em feriados, para efetuar imediatas substituições, recomposições do efetivo ou reequipamento de seus funcionários.

22.1.17. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante.

22.1.18. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento,

prévio e por escrito, da Contratante.

22.1.19. Não utilizar o nome da Contratada, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato.

22.1.20. Não utilizar o contrato com a PR-RR como garantia de operações de crédito bancário.

22.1.21. Credenciar, junto ao setor competente da Contratante, empregado(s) do seu quadro administrativo para entregar aos empregados, em dias e locais definidos e em horários que não comprometam a execução dos serviços, os benefícios e outros itens de responsabilidades da Contratada.

22.1.22. Fornecer à Contratante, juntamente com a fatura mensal, cópia das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS referentes ao mês anterior ao da prestação do serviço, além da folha de pagamento dos empregados e respectivos comprovantes de depósito bancário, estes últimos referentes ao mês em que foi prestado o serviço faturado, e dos comprovantes de pagamento de todos os encargos trabalhistas e de fornecimento dos benefícios.

22.1.23. A remuneração dos empregados da Contratada que prestarem serviço nas dependências da PR-RR e os benefícios trabalhistas a eles devidos, caso previsto em acordos ou convenção coletiva de trabalho, deverão ser pagos por meio de depósito ou transferência bancária, para contas nominiais dos respectivos trabalhadores, observados os valores, cálculos e prazos estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional, exceto o valor vale-transporte que deverão ser repassados aos trabalhadores mediante créditos em cartão de transporte coletivo e o auxílio-alimentação que é vedado o pagamento em pecúnia, nos termos do § 2º do art. 457 da CLT.

22.1.24. Apresentar, independente de solicitação pela Contratante, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do contrato e que demonstre que os referidos pagamentos se referem aos empregados utilizados na execução deste contrato.

22.1.25. Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a PR-RR, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

22.1.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

22.1.27. Cumprir as normas e regulamentos internos da Contratante.

22.1.28. Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados.

a) Assume a Contratada, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado, em condições idênticas às anteriores ao dano, ou ao ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante se reserva o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou de fatura mensal referente a serviços prestados.

22.1.29. Fornecer e manter atualizada relação nominal de seus colaboradores que forem empregados na mão de obra para execução do contrato objeto deste termo, indicando nome completo, função, número de identidade e CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular, horário e local de trabalho.

22.1.30. Encaminhar ao fiscal do contrato, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de seus colaboradores que fruirão férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los.

22.1.31. Conceder aos seus empregados os benefícios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigentes para a respectiva categoria profissional.

22.1.32. Orientar regularmente seus colaboradores acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos elétricos e no uso de água encanada da PR-RR.

22.1.33. A contratada deverá apresentar no primeiro mês de prestação dos serviços e sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, as seguintes documentações a serem juntados no processo de contratação e/ou acompanhamento e fiscalização:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
 - c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - d) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - e) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - f) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - g) exames médicos demissionais dos empregados dispensados; e
 - h) cópia autenticada do certificado de curso de formação de vigilantes.
- i) Declaração irrevogável de quitação e os comprovantes de regularidade do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, dos meses anteriores ao início da execução do serviço, dos colaboradores que ficarão vinculados ao contrato.**

22.1.34. As comunicações entre a empresa contratada e a PRRR para instrução contratual do objeto do presente termo de referência serão feitas **pelo Protocolo Eletrônico por meio do link:** <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

22.1.35. As comunicações entre a empresa contratada e a PRRR para instrução contratual do objeto do presente termo de referência serão feitas **pelo Protocolo Eletrônico por meio do link:** <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

22.1.36. Elaborar as folhas de pagamento do(s) funcionário(s), observadas todas as obrigações do empregador e do empregado, tomando como base o mês civil para fins de elaboração do contracheque;

22.1.37. Escalar férias e substitutos eventuais de sobreaviso para cobrir qualquer falta ou afastamento do(s) regular(es);

22.1.38. Informar ao fiscal do contrato, com a antecedência mínima de 05 dias úteis, a eventual necessidade de alteração da lista de funcionários regulares ou substitutos, para fins de aprovação prévia;

22.1.39. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do término da vigência ou rescisão contratual:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados, se for o caso.**

22.2 AGENDA E PADRÃO DE PROCESSAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E SOCIAIS:

22.2.1. Antes do primeiro dia útil de trabalho do funcionário no posto contratado:

a) abrir conta-corrente em nome do trabalhador caso o mesmo não tenha, em estabelecimento bancário comercial, para fins de depósito ou transferência mensal dos valores de sua remuneração e auxílios que forem pertinentes;

b) pagar os valores de auxílios-alimentação (se previsto em ACT/ACT ou a empresa possuir registro no PAT) e transporte (adiantados) referentes ao período de dias de trabalho compreendidos do início das atividades do funcionário até o 5º dia útil do mês subsequente;

c) fornecer ao fiscal do contrato cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada pelo empregador, cópia do comprovante de residência e número do CPF.

22.2.2. No 1º dia útil do mês subsequente ao mês de referência (aquele em que o serviço foi prestado), recolher a(s) respectiva(s) folha(s) frequência do(s) trabalhador(es).

22.2.3. Até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, pagar ao trabalhador a remuneração pelos seus serviços prestados no mês de referência.

22.2.4. Até o último dia útil do mês anterior ao de referência, pagar ao trabalhador os valores de auxílios-alimentação se previsto em ACT/ACT ou a empresa possuir registro no PAT) e transporte referentes ao mês de referência (ou seja, pagamento adiantado).

22.2.5. Entre o 6º e o 10º dia útil, inclusive, do mês subsequente ao de referência, apresentar ao fiscal do contrato:

- a) fatura (nota fiscal) dos serviços prestados no mês de referência, com discriminação por categoria;
- b) comprovante de pagamento da remuneração do trabalhador, pelos seus serviços prestados no mês de referência, além de eventuais remunerações de férias e gratificações natalinas, quando for o caso;
- c) comprovante de pagamento dos auxílios-alimentação (se previsto em ACT/ACT ou a empresa possuir registro no PAT) e transporte referentes ao mês subsequente ao mês de referência (ou seja, pagamento adiantado);
- d) GFIP do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior ao mês faturado;
- e) certidões negativas do “INSS”, “FGTS” e “Receita Federal”, caso as respectivas vigências não estejam registradas e vigentes no SICAF.

22.2.6. Todos os pagamentos de remunerações e de auxílios devem ser feitos por meio de depósito ou transferência bancária para conta-corrente nominal do trabalhador.

22.2.7. São de responsabilidade da Contratada as seguintes obrigações sociais:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PR-RR/MPF;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência da Procuradoria da República no Estado de Roraima;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

- e) A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à PR-RR, nem pode onerar o objeto deste instrumento.
- f) A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no art. 147 da [CLT](#) (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 1º do [Decreto n. 57.155/65](#) (13º proporcional).
- g) Durante a execução do contrato, a contratada deverá informar a PR-RR:
- h) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, **com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos funcionários;**
- i) No caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato ou pelo MTE e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos funcionários, observando o disposto no artigo 477 da [CLT](#), bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- j) No caso de rescisão contratual entre o órgão e a contratada, sem dispensa dos funcionários: declaração contendo informação de que os funcionários continuarão prestando serviços à empresa contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.
- k) Nas hipóteses do item “g.ii”, a empresa deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.
- l) A planilha formadora de custos seguirá o modelo constante do [Anexo VII-D da Instrução Normativa n. 05/2017](#) e suas posteriores atualizações/alterações, do Ministério do Planejamento Orçamento de Gestão e demais orientações a serem dadas pelo Pregoeiro da PR-RR.

22.3 INCUMBÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

22.3.1. A contratada se responsabiliza integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, obrigando-se a:

22.3.1.1. GESTÃO DE PESSOAS:

- a) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- b) manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação do fiscal do contrato, qualquer empregado considerado com conduta inadequada;
- c) Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- e) Controlar frequência, assiduidade, pontualidade, disciplina e desempenho do(s) funcionário(s), juntamente com o fiscal do contrato, e aplicar as medidas preventivas ou corretivas que entender pertinentes;
- f) Providenciar transporte¹¹ e alimentação (se previsto em ACT/ACT ou a empresa possuir registro no PAT) ao(s) funcionário(s), nos dias de efetivo trabalho, ou fornecer os respectivos valores de auxílios;
- g) Fornecer a cada trabalhador um conjunto de uniforme novo, no início da prestação dos serviços e a cada 6 (seis) meses, de acordo com o cargo/função, sem qualquer ônus para o trabalhador; deverá substituir, por uma nova, qualquer peça do uniforme, a qualquer tempo, se estiver deteriorada (rasgada, furada, manchada, desbotada etc.). Não repassar ao empregado nem ao órgão contratante qualquer ônus relacionado a uniforme, no caso de a empresa contratada optar por incluir outros itens ou peças além dos mínimos exigidos neste termo;
- h) Elaborar as folhas de pagamento do(s) funcionário(s), observadas todas as obrigações do empregador e do empregado;
- i) Informar ao fiscal do contrato, com a antecedência mínima de 05 dias úteis, a eventual necessidade

¹¹ Neste caso, com desembarques e embarques no local de prestação do serviço e no ponto de espera por transporte público/coletivo mais próximo da residência do trabalhador.

de alteração da lista de funcionários regulares ou substitutos, para fins de aprovação prévia;

- j) Providenciar a recomposição do efetivo de pessoal da categoria, no prazo de 2 horas¹², no caso de eventual falta ou afastamento por qualquer motivo;
- k) Providenciar transporte alternativo para os trabalhadores, em caso de eventual indisponibilidade do transporte público ou coletivo ordinário.

22.3.1.2. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:

- a) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e providendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, no que couber;
- b) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- c) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- d) Instruir seus funcionários quanto a normas e exigências de segurança e saúde que se aplicam à natureza e às peculiaridades do trabalho, assim como normas e critérios de segurança, acesso, circulação e conduta nas dependências do órgão contratante;
- e) Instruir e exigir de seus funcionários o uso adequado de vestimentas, uniformes, credenciais e materiais ou equipamentos de proteção individual inerentes ao trabalho da categoria;
- f) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

22.3.1.3. ADMINISTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES:

- a) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- b) Designar e indicar na hora da assinatura do contrato o preposto da empresa, mantendo-o na área urbana do município em que for prestado o serviço, com poder decisório de nível operacional, disponível para atendimento imediato ao fiscal do contrato nos horários de 8h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis, contatável diretamente por linha telefônica móvel e correio eletrônico;
- c) Orientar e acompanhar presencialmente a execução dos serviços, por meio de seu preposto, no mínimo uma vez por semana e sempre que solicitado pelo fiscal do contrato;**
- d) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos e observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

22.3.1.4. COBERTURA DOS CUSTOS:

- a) Deduzir no preço fixo mensal do serviço todos os custos diretos e indiretos para a prestação do serviço, inclusive salários, uniformes, materiais e equipamentos previstos neste termo, tributos e seguros, por exemplo, além de suas parcelas de remunerações a título de lucro e taxa de administração;
- b) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- c) OBSERVAR O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE, OS ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DA CATEGORIA FUNCIONAL HOMOLOGADAS PELO MTE NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR OU COM COBERTURA AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR.**

22.3.1.5. PRERROGATIVAS DA PR-RR:

- a)** Realizar glosas na fatura mensal, caso a disponibilidade quantitativa de pessoal seja deficitária em relação ao contratado, tendo como base de cálculo o valor mensal referente a um posto da categoria.

23. DO PREPOSTO

23.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente designar no ato de assinatura do contrato um preposto

¹² Prazo contado a partir da comunicação do fiscal do contrato ao preposto da empresa.

que será aceito ou não pela Administração da Procuradoria da República, em Roraima, mantendo-o durante todo o período de vigência do contrato, independentemente de possuir sede ou filial no município onde será prestado o serviço, em observância ao disposto no Art. 8º, II do [Decreto nº 9.507/2018](#), a fim de representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, telefone comercial e profissional, e-mail ou whatsapp para contato permanente, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

23.2 O preposto, uma vez indicado pela empresa conforme Anexo III - “C” do Contrato que será analisado e aceito pela Administração da Procuradoria da República no Estado de Roraima, podendo ser convocado a apresentar-se à unidade fiscalizadora, em Boa Vista-RR, tão logo sejam iniciados os serviços, perante o servidor designado para esse fim, munido do Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

23.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

23.4 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

23.5 O preposto deverá manter contato com o fiscal do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, quanto da manutenção dos equipamentos utilizados para execução dos objetos desse contrato.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

24.1 Acompanhar a execução dos serviços previstos neste Termo.

24.2 Designar gestor e fiscal da PR-RR para acompanhar a execução e atestar os serviços realizados para efeito de faturamento e pagamento junto a Seção Orçamentária e Financeira – SEOF da PR-RR;

24.3 Proporcionar todas as facilidades para que a proponente adjudicatária possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

24.4 Efetuar o pagamento no prazo e as condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

24.5 Solicitar à proponente adjudicatária todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste Termo de Referência;

24.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos executados em desacordo com as devidas definições descritas neste termo;

24.7 Impedir que terceiros não autorizados execute os objetos deste Termo de Referência;

24.8 Disponibilizar aos funcionários da contratada (não exclusivamente), nos locais de prestação do serviço e na ocasião de sua operação:

água potável e refrigerada, em bebedouros;

ar-condicionado nos postos de área interna e de guarita;

instalações hidráulicas e sanitárias.

24.9 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato, podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou pela execução insatisfatória dos serviços.

24.10 Sugerir e aplicar a autoridade competente da PR-RR as penalidades legais e regulamentares cabíveis à CONTRATADA quando necessário, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

24.11 Efetuar o pagamento no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, aceita e devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, salvo ocorrência de situações que impeçam o pagamento

24.12 Proporcionar todas as facilidades para que o representante da empresa possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

24.13 Consultar o SICAF para efeitos legais, mas será obrigatório nos casos de contratação e empenho, a comprovação das certidões de INSS e FGTS devidamente em dias para efeito do que determina o Artigo 195, §3º da Constituição Federal do Brasil de 1988.

24.14 Providenciar a publicação interna e no Diário Oficial da União do extrato de contratos e aditivos nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

24.15 Exercer a fiscalização dos serviços prestados por meio de servidores e/ou unidades especialmente designados;

24.16 Documentar as ocorrências havidas;

24.17 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade de execução do objeto deste termo, que ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela PR-RR, não deve ser interrompido;

24.18 Notificar, por escrito, a contratada para regularização da situação ou apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da fiscalização;

24.19 Comunicar às autoridades e entidades competentes qualquer irregularidade ocorrida ou atos ilícito cometidos pela CONTRATADA face ao contrato, impondo imediata paralisação dos serviços contratados sob pena de responsabilidade;

24.20 Emitir pareceres, quando necessário, nos atos relativos à execução do Contrato, em especial a necessidade de aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;

24.21 Exigir, caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, a apresentação de documento probatório de manutenção pela opção do regime diferenciado de tributação, conforme art. 18, § 5-C, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

24.22 Disponibilizar instalações necessárias para a execução do objeto deste termo;

24.23 Permitir o acesso de fiscais e representantes da CONTRATADA, quando necessário, para análise dos serviços prestados, bem como as informações e o esclarecimento que venham a ser solicitados;

24.24 Garantir o fiel cumprimento do presente termo e do futuro contrato, obrigando-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste termo e do contrato a ser assinado posteriormente;

24.25 Dar efetividade ao disposto no [Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 689/2014](#) quando for o caso.

25. DAS VEDAÇÕES

25.1 É vedado aos Membros e demais servidores da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: Promover ou aceitar desvio de funções dos colaboradores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas neste Termo de Referência, contratar os colaboradores da CONTRATADA para prestarem

serviços como colaboradores eventuais no âmbito do MPF, especialmente para efeito de pagamento de suprimento de fundos e concessão de diárias e passagens.

25.2 É vedado o pagamento de despesas com viagens e hospedagens aos colaboradores das empresas eventualmente ou possivelmente contratadas, por parte da Administração, durante toda a vigência dos contratos, assim como o deslocamento destes para exercerem atividades fora da sede da PR-RR e seus anexos, salvo as hipoteses de mudança de sede ou locação de imóveis funcionais.

25.3 Fica vedada a aceitação de colaboradores das empresas prestadoras de serviços para a realização dos serviços objetos deste Termo de Referência, que possuam parentesco consanguíneo até 3º grau com servidores da Procuradoria da República em Roraima que exerçam cargo em comissão e/ou função de confiança, a fim de se evitar possíveis incidência de nepotismo vertical ou horizontal (arts. 6º e 7º do [Decreto nº 7.203/2010](#) – Vide [Súmula Vinculante nº 13 do STF](#)).

26. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

26.1 Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar eletronicamente o contrato relativo ao objeto constante do presente termo, devendo para tanto seguir as seguintes orientações:

Orientações para assinatura eletrônica do contrato:

ETAPA 1. (pré-cadastro)

1.1 – Acessar o link:

<https://apps.mpf.mp.br/spe/app/modules/cadastro/preCadastro/CadastroView.html>

1.2 – Acessar “FAZER PRÉ-CADASTRO”.

1.3 – Confirmar o “pré-cadastro” no link encaminhado no e-mail que será enviado após os procedimentos acima.

1.4 – Gerar sua senha.

ETAPA 2. (Assinar documentos) – (representante da empresa)

Após a confirmação do “pré-cadastro” e criação de “SENHA E LOGIN” para assinatura de contratos eletronicamente, solicitamos os seguintes procedimentos:

2.1 – Acessar o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>

2.2 – Preencher “LOGIN E SENHA”

2.3 – Acessar “ASSINAR DOCUMENTOS”

2.4 – Conferir e assinar o contrato com a senha recebida

26.2 Após conclusão da etapa 1 do cadastro acima, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE para que esta possa cadastrar o termo contratual no sistema e identificar o representante legal da empresa para assinatura.

26.3 Eventualmente em último caso, na impossibilidade de assinatura por meio eletrônico, deverá o representante legal da empresa comparecer a Procuradoria da República no Estado de Roraima para assinatura física do termo de contrato.

26.4 O não comparecimento ou não assinatura eletrônica do contrato por parte da licitante vencedora, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada para a assinatura do termo contratual, será considerado descumprimento total da obrigação que ensejará, a **aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total anual da respectiva contratação;**

26.5 O prazo mencionado acima poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela PR-RR conforme previsto no § 1º do Art. 64 da lei 8666/93;

26.6 Será dado em todos os casos que ensejar penalidade à empresa ganhadora do certame, o direito de resposta com “ampla defesa e contraditório”, dispositivo este devidamente previsto em Lei;

26.7 A não regularização da documentação, no caso, da vencedora ser uma ME ou EPP, dentro do prazo previsto nos subitens, deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstos no artigo 81, da lei 8666/93 e no artigo 28 do Decreto 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação;

26.8 Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação acima referida ou quando injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação de iguais condições e preços, celebrar o termo contratual, sem prejuízo da multa prevista no edital de licitação, e das demais cominações legais;

26.9 Até a efetiva assinatura do contrato, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora caso a Administração venha ter conhecimento de fato desabonador a sua habilitação, conhecido após o julgamento de sua proposta;

26.10 Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 992/DPF-MJ, de 25/10/1995;

26.11 Certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Estado de Roraima, de acordo com a Portaria nº 1.129, de 15/12/1995, do Ministério da Justiça;

26.12 Declaração formal de que, no ato da assinatura do contrato, autorizará o órgão do Ministério Público Federal a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, no caso de falha no cumprimento das obrigações por parte da empresa, mantendo-se tal procedimento até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas;

26.13 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observando-se as instruções da Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho.

26.14 Quanto ao efetivo, deverá ser comprovada, após a assinatura do contrato e antes da assunção dos serviços, a qualificação dos profissionais, mediante a apresentação de cópia autenticada do certificado de curso de formação de vigilantes, observando os demais requisitos dispostos no art. 16 da Lei nº 7.102, de 20/06/1983.

26.15 Outras exigências habilitatórias constarão no edital de pregão.

27. DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

27.1 A empresa ganhadora deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogável uma vez por igual período, garantia de execução do contrato no valor de 5% (cinco por cento) do contrato a ser firmado, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do mesmo e **3 (TRÊS) MESES APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**, devendo ser renovada nas possíveis prorrogações de vigência, observados ainda os seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro;
- Títulos da dívida pública;
- Seguro-Garantia; ou
- Fiança Bancária.

27.2 A garantia quando em dinheiro, deverá ser efetuada em conta atualizada em favor da PR/RR;

27.3 Caso a futura CONTRATADA faça opção pela caução em títulos da dívida pública, deverá transferir a posse dos títulos para a PR/RR até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção;

27.4 A garantia, ou parte remanescente, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral

das obrigações decorrentes do presente contrato;

27.5 A garantia, caso seja apresentada na modalidade de caução bancária, poderá ser retirada/levantada pelo MPF – PRRR, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas;

27.6 O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual;

27.7 A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da Administração da PR-RR, anexas nos autos do processo administrativo licitatório e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;

27.8 Se a garantia apresentada pela CONTRATADA, for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pela PR-RR, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas;

27.9 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que for notificada pelo PR-RR, mediante ofício entregue com recibo;

27.10 A garantia aqui tratada deverá ser renovada igualmente no prazo de 10 (dez) dias úteis quando nos casos de prorrogação da vigência contratual;

27.11 Na hipótese de rescisão do Contrato, o MPF, por meio de sua Procuradoria da República em Boa Vista/RR, executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do artigo 80, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

27.12 A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

27.13 De forma geral nos casos de prestação de serviços avulsos em que o contrato seja substituído por documento hábil na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, e em casos omissos ao aqui expresso será aplicada a garantia e direitos da PR-RR nos termos da Lei 8.078/90 após a devida realização dos serviços solicitados;

27.14 Não se excluirá a garantia contratual advinda deste Termo de Referência nas eventuais contratações ou a responsabilidade civil da prestadora de serviços aqui propostos.

27.15 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a)** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b)** Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c)** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d)** Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

27.16 A Contratada poderá se resguardar do direito de garantir ressarcimento a prejuízos advindos de atos de corrupção por parte de agentes públicos, podendo excluir formalmente tal hipótese na apólice de seguro-garantia nos termos do Acórdão TCU 1.216/2019-Plenário.

27.17 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “a”, “b”, “c” e “d” do item 15.15 acima explicitado;

27.18 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

27.19 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

27.20 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

28. DO PAGAMENTO

28.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente executados, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, para obrigações de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), e até 15 (quinze) dias úteis para as aquisições acima desse valor, a contar da entrega da nota fiscal pertinente devidamente atestada por definitivo, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor do Contrato, da completa e correta execução do fornecimento, em relação ao estabelecido no termo de referência da LICITAÇÃO e no presente contrato;

28.2 Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas de contribuições previdenciárias e as dos impostos e demais contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012.

28.3 Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da IN SFR nº 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

28.4 A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

28.5 Quando ocorrido erros de preenchimento de dados técnicos da prestação do (s) serviço (s) ou erro na discriminação de valores na NF ou mesmo verificado o uso de NF com data de validade vencida, a mesma será devolvida para a CONTRATADA para correção onde não será contado o prazo no item anterior, havendo percurso contínuo do prazo somente após a devida correção e devolução do faturamento à CONTRATANTE para fins pagamento;

28.6 A PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA para efeito de reforço de empenhos e pagamento (s) da (s) fatura (s) referente ao objeto deste termo, consultará a regularidade da CONTRATADA junto ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES – SICAF para observação da regular situação junto às receitas Federais, Estaduais e Municipais;

28.7 Havendo inadimplência da CONTRATADA junto às receitas mencionadas no item anterior, a fatura será paga a fim de evitar enriquecimento ilícito por parte da Administração, mas esta adotará as medidas necessárias para a suspensão de qualquer benefício à contratada, o que envolve suspensão da continuidade do serviço e prorrogações contratuais até que a regular situação seja constatada mediante Certidão Negativa entregue ao Gestor do Contrato ou atualização do sistema para leitura da regular situação via SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – SIAFI ou via SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO;

28.8 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, acompanhado da nota fiscal de serviços prestados, emitidas e entregues à unidade ou seção responsável, de acordo com as datas limites do mês da presta-

ção do (s) serviço (s) e/ou fornecimentos do (s) material (is) faturado, comprovantes de recolhimento relativo à contribuição previdenciária do mês anterior no constante ao expresse no artigo 31 da [Lei 8.212/91](#), acompanhada das seguintes comprovantes:

- a)** Comprovante de pagamento salarial de seus colaboradores no mês anterior da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos comprovantes dos depósitos nominais dos salários e cópia dos respectivos contracheques devidamente assinado como recebido;
- b)** Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior a prestação dos serviços constantes da atual nota fiscal/fatura, discriminando o nome de cada colaborador beneficiado, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- c)** Regularidade junto a Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.
- d)** da apresentação dos documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP-RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET, Relação Tomador/Obra(RET) – Resumo, Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

28.9 Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de até 30 (trinta) dias previstos no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a responsabilidade do MPF – PRRR, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira pelo índice da caderneta de poupança, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

28.10 A data de emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.

28.11 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis (execução da garantia contratual), só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

- a)** Não houver cumprido as obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, dos quais não excluirão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis e demais já expressas neste termo ou incidentes no Edital.
- b)** Incurrir em omissão do cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas que podem ensejar ações de apropriação indébita Previdenciária ou Trabalhista junto à Justiça Competente a ser movida em ação pelo Ministério Público Federal nos termos da legislação vigente.

28.12 Em casos de não pagamento, por parte da CONTRATADA, dos salários dos empregados no prazo da legislação trabalhista vigente, a CONTRATANTE poderá, desde que haja previsão em convenção ou acordo coletivo, descontar direto da Nota Fiscal, a pagar, a multa prevista a ser revertida ao trabalhador, obedecendo em todos os casos o direito de contraditório e ampla defesa.

28.13 À Procuradoria da República no Estado de Roraima fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não forem prestados de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

28.14 O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente; e

28.15 Nos casos de atraso injustificado no pagamento dos salários dos empregados, e não havendo previsão de multa no Acordo ou Convenção Coletiva da categoria, poderá a CONTRATANTE comunicar ao MTE os fatos pertinentes para providências cabíveis nos termos do [Precedente Normativo nº 72 do TST](#);

28.16 As notas fiscais e faturas para ateste e pagamento das obrigações serão enviadas via Protocolo Eletrônico, através do qual poderá ser dada entrada em qualquer documentação para destinação administrativa relacionada à aquisição, por meio do link: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

29. DAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA FONTE

29.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

a) Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da [Lei nº 9.430, de 27/12/96](#), [Lei nº 9.718, de 27/11/98](#) e [IN/SRF nº 1234, de 11/01/2012](#), a Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Procuradoria da República em Roraima reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a [Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000](#).

29.2 Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da [Lei nº 9.430, de 27/12/96](#), [Lei nº 9.718, de 27/11/98](#) e [IN/SRF nº 480, de 15/12/2004](#), alterada pelas [IN nº 539, de 25/04/2005](#) e [nº 706, de 09/01/2007](#) e posterior alterações feitas pela [IN/SRF nº 1234, de 11/01/2012](#), a Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Procuradoria da República em Roraima reterá na fonte os seguintes tributos:

a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000;

b) Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS será observado, no que couber, o disposto na [Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003](#);

c) INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a [Lei nº 8.212, de 24/07/1991](#) e alterações;

d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da [Lei complementar nº 116, de 31/07/2003](#) e alterações, c/c a legislação estadual em vigor.

30. REGRAS DE ATESTE PARA PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

30.1 Os pagamentos a serem efetuados mensalmente em favor da CONTRATADA a ser atestados sob os seguintes critérios:

a) Será atestado e pago o período de serviços efetivamente prestados, conforme o mês de referência, com cumprimento de jornadas de trabalho em todos os postos alocados na PRRR, descontando-se do faturamento mensal todo e quaisquer benefícios previstos na planilha de formação de preços e não comprovados o repasse aos colaboradores da empresa CONTRATADA, assim como os dias e horas em que houver indisponibilidade do serviço contratado.

31. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

31.1 Sob o arcabouço jurídico será previsto no contrato cláusula de cunho administrativo e civil abrangendo penalidades compensatórias e moratórias decorrentes de inadimplemento contratual passível de rescisão contratual (parcial ou total), que terá seu limitador de obrigação contratual o Art. 86 da Lei de Licitações que

reconhece o cabimento de multa contratual na hipótese de atraso no cumprimento das obrigações previamente estabelecidas.

31.2 É fundamental que se atenda que a finalidade da norma jurídica, definitivamente não é prejudicar a empresa a fornecer os objetos deste Termo de Referência, retirando a comutatividade da avença, muito menos captar proveitos econômicos ao Poder Público, e sim reprimir o desleixo e a mora contratual com percentuais de multa razoáveis e proporcionais ao inadimplemento verificado.

31.3 Será observada a lesão causada ao ente público, com grau de culpa ou dolo na conduta da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA e, principalmente, a lesão do interesse público envolvido, a fim de dosar a sanção a ser estipulada, adequando-a a finalidade da norma e cumprindo os preceitos legais.

31.4 A limitação do percentual da penalidade moratória é respaldada no Código Civil vigente e na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, do qual permite a aplicação de multas, buscando tornar justa e adequada a aplicação das penalidades contratuais.

31.5 Fundamentado no artigo 7º da [Lei n.º 10.520/2002](#) e no art. 28 do [Decreto n.º 5.450/2005](#), ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MPF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado anual da contratação, a empresa que:

- a)** Não assinar o contrato, tendo sido convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b)** Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c)** Apresentar documentação falsa;
- d)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e)** Falhar ou fraudar na execução do contrato ou ATA;
- f)** Comportar-se de modo inidôneo;
- g)** Realizar declarações falsas;
- h)** Cometer fraude fiscal.

31.6 Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado na execução do objeto deste termo, assim considerado pela Administração, que enseje inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a)** Advertência (**cunho educativo – compensatório**);
- b)** Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso da obrigação ou dano causado sobre o valor total da Nota Fiscal/Empenho (que poderá ser substituído por ressarcimento ao dano), referente à prestação dos serviços previstos neste termo, aplicadas de acordo com a respectiva obrigação, limitada a incidência a 3 (três) dias (**cunho educativo – moratório**);
- c)** Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal/Empenho por dia de atraso superior a 3 (três) dias e cumulativa com a multa da alínea “b” referente ao serviço solicitado de acordo com a respectiva obrigação/empenho, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após o quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução ou ressarcimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença (**cunho educativo – moratório**);
- d)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, correspondente ao valor global do respectivo contrato ou empenho, em caso de inexecução total da obrigação aqui assumida com resultado de rescisão unilateral da avença mais perdas e danos a serem calculados com base em prejuízos para a Administração e o custo do certame licitatório realizado (**cunho educativo – compensa-**

tório);

e) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso no repasse ao INSS sobre o valor descontado no contracheque do empregado a título de contribuição previdenciária. A multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento. O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a 20% (vinte por cento) por analogia do limite previsto art. 32-A, II da [Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009](#) (**cunho educativo – moratório**);

f) Multa de 5% (vinte e cinco por cento) por mês de atraso no recolhimento do FGTS sobre o valor a ser recolhido para cada empregado, limitada a 20% (vinte por cento) por analogia do limite previsto art. 32-A, II da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, ou seja, 4 (quatro) meses (**cunho educativo – moratório**).

31.7 As multas moratórias previstas nas alíneas “e” e “f” do item 31.6 acima, serão anuladas mediante as devidas condições:

a) INSS: se durante o trânsito da instrução do devido processo legal, desde que não decidido o mérito definitivo da sanção, a empresa contratada apresente os devidos comprovantes de recolhimento da totalidade dos valores previdenciários em atraso e corrigidos na forma da lei, objeto da apuração de infração, em favor do empregado terceirizado prestador e executor das atividades contratuais a PRRR, não excluindo, no entanto, a denúncia de apropriação indébita previdenciária a ser encaminhado ao órgão/autoridade competente para instrução processual nos termos do art. 168-A do Código Penal, da qual só será extinta mediante iniciativa de instrução representativa da própria da empresa junto a autoridade competente da instrução penal na forma da [Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000](#).

b) FGTS: se durante o trânsito da instrução do devido processo legal, desde que não decidido o mérito definitivo da sanção, a empresa contratada apresente os devidos comprovantes de depósito da totalidade dos valores em atraso e corrigidos na forma da lei, objeto da apuração de infração, em favor do empregado terceirizado prestador e executor das atividades contratuais a PRRR

31.8 A reincidência das penalidades descritas nos itens “e” e “f” por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, ou a manutenção das irregularidades pelo prazo de 4 (quatro) meses poderá incidir em rescisão unilateral Contrato a critério da Administração Pública;

31.9 As sanções dos itens “e” e “f” serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades cíveis e criminais, inclusive as previstas em ACT e CCT.

31.10 A inexecução total da obrigação aqui assumida **incindirá na rescisão unilateral da avença e em multa punitiva de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado**, correspondente ao valor global do respectivo contrato, para cobrir as perdas e danos causados à Administração e o custo do certame licitatório realizado, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

31.11 Sofrerá a fornecedora a **penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o MPF**, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

a) Por 6 (seis) meses: Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para PR-RR e/ou Execução insatisfatória do objeto contratado, independentemente de ter havido aplicação da sanção de advertência e multa;

b) Por 2 (dois) anos: Não conclusão dos serviços ou entrega dos materiais contratados; Prestação do serviço em desacordo com as solicitações da PR-RR, não efetuando sua correção após solicitação da mesma; Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao

MPF/PR-RR, ensejando a rescisão do contrato por culpa da EMPRESA; Apresentação, a PR-RR, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação; Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPF após a assinatura da ATA ou do contrato.

31.12 Será declarada a inidoneidade da fornecedora quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo ao MPF, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo a unidade da PR-RR ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a)** Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c)** Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o poder público, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d)** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos objetos deste Termo de Referência, sem consentimento prévio da PR-RR;
- e)** Entregar material falsificado, incidir em atos de combinação de preços em licitação, conluio em gerais entregar documentação falsa na licitação, mesmo que o fato só venha ser conhecido posteriormente, tendo o prazo prescricional de 5 (cinco) anos a contar do conhecimento do fato.

31.13 A Declaração de inidoneidade terá efeito abrangente e extensivo a todos os entes federativos, isto é, a União, DF, Estados e Municípios e poderá ter efeito de cumprimento da pena de forma sucessiva nos termos em caso de mais de uma condenação de inidoneidade da mesma licitante por um ou mais Órgãos da Administração Pública nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 75 do Código Penal Brasileiro e [Acórdão 348/2016 – TCU – Plenário](#).

31.14 As multas porventura aplicadas a empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA poderão ser descontadas da garantia quando houver ou dos pagamentos devidos pela PR/RR por meio de glosas aplicadas com o devido direito de contraditório ou cobradas diretamente da mesma, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste termo.

31.15 As sanções aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida ante a concessão de oportunidade da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA em exercer o direito de contraditório e da ampla defesa na forma da lei.

31.16 Entre outras sanções, poderão ser aplicadas multas administrativas pela PR-RR, quando a CONTRATADA cometer algumas das infrações descritas na Tabela 1 abaixo, tendo como registro os graus relativos a cada ato que enseje penalidade conforme Tabela 2:

TABELA 1 – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	ESPÉCIE
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	1	Por empregado	Compensatória
2	Manter funcionário sem requisitos para a execução dos serviços;	1	Por empregado	Compensatória
3	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a	1	Por funcionário	Compensatória

	assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;			
4	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	1	Por empregado	Compensatória
5	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada;	1	Por item e por ocorrência	Compensatória
6	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização;	1	Por ocorrência	Compensatória
7	Deixar de cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários;	1	Por dia	Moratória
8	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses;	1	Por dia	Moratória
9	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização;	2	Por ocorrência	Compensatória
10	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por ocorrência	Compensatória
11	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente;	3	Por ocorrência	Compensatória
12	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	3	Por ocorrência	Compensatória
13	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Procuradoria da República no Estado de Roraima;	4	Por empregado	Compensatória
14	Deixar de manter preposto na cidade local de prestação dos serviços, conforme exigido neste instrumento;	4	Por ocorrência	Compensatória
15	Utilizar as dependências da PR-RR para fins diversos do objeto do contrato;	5	Por ocorrência	Compensatória
16	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência	Compensatória
17	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	6	Por ocorrência	Compensatória

TABELA 2 – GRAU DAS INFRAÇÕES/DOSIMETRIA

Grau da Infração	Penalidade
1	Advertência
2	Advertência e Multa de 0,10% do valor Mensal do contrato
3	Advertência e Multa de 0,15% do valor Mensal do contrato
4	Advertência e Multa de 0,20% do valor Mensal do contrato
5	Advertência e Multa de 0,25% do valor Mensal do contrato
6	Advertência e Multa de 0,30% do valor Mensal do contrato

31.17 A reincidência de infrações de mesmo grau poderá incidir em penalidades de infração de grau superior, conforme quantitativo informado na Tabela 3:

TABELA 3 – TABELA DE REINCIDÊNCIAS

Grau da Infração	Quantidade de infrações para incidir no grau:					
	1	2	3	4	5	6
1	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	33 a 64	Mais de 64
2	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	Mais de 32
3	-	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	Mais de 16
4	-	-	-	Até 4	5 a 8	Mais de 9
5	-	-	-	-	Até 4	Mais de 4
6	-	-	-	-	-	A partir de 1

Observação:

I. Fica fixada como falta de grau 6, caracterizado como falha em sua execução o atraso ou não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação (se previsto em ACT/ACT ou a empresa possuir registro no PAT), que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como da comunicação ao Ministério do Trabalho (Ministério da Economia) para adoção das medidas cabíveis no âmbito trabalhista.

II. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA acompanhada das demais sanções.

III. O valor da multa poderão ser descontadas da garantia quando houver ou dos pagamentos devidos pela PR/RR por meio de glosas aplicadas com o devido direito de contraditório ou cobradas diretamente da mesma, amigável ou judicialmente.

IV. Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.

V. Se inexistente a garantia ou o seu valor for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial que será precedido do devido processo legal e do direito de ampla defesa e contraditório da CONTRATADA.

VI. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa ou providências de cobrança extrajudicial junto à AGU e à Procuradoria da Fazenda Nacional.

VII. Os casos não elencados serão apreciados na devida instauração do Procedimento Administrativo.

VIII. A todas as penalidades expressas neste Termo de Referência será respeitado o direito de ampla defesa e contraditório da Fornecedora/Contratada.

IX. Caberá ao ordenador de despesas, nos autos do processo de apuração de infração contratual, observando as circunstâncias do caso concreto, aos antecedentes, aos motivos e a conduta da CONTRATADA, decidir pela redução ou extinção das sanções e penalidades previstas neste Termo, conforme julgue necessário e suficiente para a reprovação e prevenção das infrações previstas.

X. Toda multa será precedida de contraditório e ampla defesa, com análise técnica e jurídica de forma a não ensejar *bis in idem* da sanção.

32. DA ANÁLISE JURÍDICA

32.1 Todos os procedimentos oriundos do presente Termo de Referência serão examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica Competente da PR-RR, consoante parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e em observância aos diversos entendimentos do STF e TCU.

33. DO FUNDAMENTO LEGAL

33.1 Independentemente de transcrição, citação, juntada ou visualização, serão adotados os referenciais e cumpridos os ditames da legislação vigente, com suas alterações, assim como dos atos vinculantes e de outros normativos, correlatos ou supervenientes, que sejam pertinentes à contratação do objeto deste termo de referência e à execução do respectivo contrato, observando-se em especial, no que couber: a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993¹³, que *“regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”*;

33.2 [Decreto nº 9.507, de 21/09/2018](#)¹⁴, que *“dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”*;

33.3 Instrução Normativa nº 5, de 30 de abril de 2017¹⁵, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que *“dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não”*;

33.4 Parecer SEORI/AUDIN-MPU nº 698, de 3 de abril de 2014¹⁶, da Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), que trata da aplicabilidade, no âmbito do MPU, da Instrução Normativa nº 5/20178 – SLTI/MPOG;

33.5 Parecer SEORI/AUDIN-MPU nº 2.266, de agosto/2014¹⁷, o qual expõe o entendimento de que *“carece de amparo legal a exigência de registro do atestado de capacidade técnica no Conselho Regional de Administração ou em sindicatos profissionais, quando o objeto da contratação se referir a serviços terceirizados, como limpeza, vigilância e assemelhados”*;

33.6 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002¹⁸, que *“institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”*;

33.7 Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005¹⁹, que *“regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”*;

33.8 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006²⁰, que *“institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (...)”*;

33.9 Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 125, de 4 de junho de 2007²¹, que trata da “aplicação da LC nº 123/2006 nos casos de licitações destinadas a contratar de vigilância e limpeza/manutenção”;

33.10 Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007²², que *“regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal”*;

13 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7102.htm

14 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9507.htm

15 <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf>

16 http://www.audin.mpu.mp.br/bases/arqvs_corag/mbo698-2014-postos-vigilancia.pdf

17 http://www.audin.mpu.mp.br/bases/arqvs_corag/DJL-2266B-2014-registro-atestado-capac-tecn-PRT-8_internet.pdf

18 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm

19 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm

20 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

21 http://www.audin.mpu.gov.br/bases/arqvs_corag/tai008-2007-beneficios-LC123-aplicacao.doc

22 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6204.htm

33.11 Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943²³, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”;
33.12 a Lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012²⁴, que “altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (...), a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas(...)”;

33.13 Norma Regulamentadora (NR) nº 16 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²⁵, que trata das “Atividades e Operações Perigosas”;

33.14 NR nº 24 do MTE²⁶, que trata das “Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho”;

33.15 Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983²⁷, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências”;

33.16 Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983²⁸, que “regulamenta a Lei nº 7.102/1983”;

33.17 Portaria nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012²⁹, que “disciplina, em todo o território nacional, as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam (...)”;

33.18 Portaria nº 387 de 28 de agosto de 2006³⁰ – dg/dpf, que “Altera e consolida as normas aplicadas sobre segurança privada.”

33.19 Acórdão nº 3268/2011 – TCU – Plenário, que recomendou “à Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR/RR que no caso de prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor, ou de realização de procedimento licitatório, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI nº 10/2009 (ou de outro ato normativo que a substitua), sobretudo no que concerne aos limites de preços praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las”;

33.20 Acórdão nº 6992/2009 – TCU – 1ª Câmara, que determinou “à Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR/MPF/RR que nas futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados (...): (...) não aceite a elevação injustificada do percentual relativo aos Encargos Sociais incidentes sobre a remuneração dos prestadores (...); (...) não permita a presença do item “Reserva Técnica” no quadro de Remuneração; bem assim a inclusão dos itens “Treinamento e/ou Reciclagem de Pessoal” e “Reserva Técnica” no quadro de Insumos; (...) atente para a forma correta de cálculo dos Tributos incidentes sobre o faturamento (PIS, COFINS e ISS), que deve constar na planilha de formação de preço das contratadas, a qual não deve contemplar a cobrança de tributos indiretos, como IRPJ e a CSLL (...)”;

33.21 Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017³¹, da SLTI/MPOG, que “Dispõe sobre os valores limites para contratação de serviços de vigilância e de limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg)”;

33.22 Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 70, de junho/2013³², no qual está exposto o entendimento de que “o preço máximo a ser fixado na licitação deverá ser obtido mediante a utilização dos parâmetros orientativos constantes na planilha disponibilizada [pela] Auditoria Interna e de pesquisa de mercado, se

23 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm

24 http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12740.htm

25 [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808147596147014759E3D24E7434/NR-16%20\(atualizada%202014\)%20Elétrica.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808147596147014759E3D24E7434/NR-16%20(atualizada%202014)%20Elétrica.pdf)

26 http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2D82F2347F3/nr_24.pdf

27 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7102.htm

28 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D89056.htm

29 <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/portarias/portaria-3233-2012-2.pdf/view>

30 http://www.mariz.eti.br/Portaria_387_06.htm

31 <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/portarias/portaria-no-15-de-26-de-marco-de-2014>

32 http://www.audin.mpu.mp.br/bases/arqvs_corag/tai-1-2013-PortariaSLTI-pesquisa-de-mercado-PRT13-internet.pdf

for o caso, tendo como limite máximo os valores constantes das Portarias SLTI/MPOG”;

33.23 Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 109, de 14 de outubro de 2010³³, que trata do preenchimento de planilhas de preços por empresas optantes pelo “Simples Nacional”;

33.24 Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986³⁴, que “dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências”;

33.25 Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012³⁵, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que “dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços”;

33.26 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999³⁶, que “regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal”.

33.27 [Decreto nº 3.555, de 08/08/2000](#), e alterações;

33.28 [Decreto nº 5.450 de 31/05/2005](#);

33.29 [Decreto nº 9.507, de 21/09/2018](#);

33.30 [IN SLTI/MPOG Nº 01, de 19/01/2010](#);

33.31 [Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

33.32 [Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014](#);

33.33 [Lei 8.078/90](#);

33.34 [Código Civil \(LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002\)](#);

33.35 [Código Penal \(DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.\)](#) e

33.36 [Lei 12.846/2013](#) .

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1 Ficará eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região do estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de referência e Contrato que venha a se firmar com resultado de sessão pública de licitação, nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, combinado com os arts. 62 e 63 do [Código de Processo Civil de 2015 \(LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015\)](#).

34.2 São partes integrantes deste Termo de Referência e harmônicas entre si:

- a) [O Edital do Pregão resultante deste termo](#);
- b) [O Contrato resultante deste termo](#);
- c) [As notas de empenhos vinculadas aos objetos deste termo](#).

33 http://www.audin.mpu.gov.br/bases/arqvs_corag/06-10a-SimplesNacionalPreencherPlanilha-PRT21.doc

34 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D93872.htm

35 <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=37200#950762>

36 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm

34.3 A abstenção eventual de qualquer das partes, no uso de qualquer das faculdades às mesmas concedidas nas possíveis e futuras contratações, não implicará em renúncia à utilização de tal faculdade.

34.4 A licitante vencedora arcará com todos os ônus necessários à completa execução no fornecimento dos objetos de que trata o presente Termo de Referência.

35. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

35.1 Nazareno Nunes Rodrigues – Matrícula 17813-6 – Técnico do MPU/Administração

36. RELAÇÃO DE ANEXOS

36.1 ANEXO “I” - QUADRO DEMONSTRATIVO DO EFETIVO DE VIGILÂNCIA POR TIPO DE POSTO

36.2 ANEXO “II” - **MODELO DE PROPOSTA e PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

36.3 ANEXO “III” - MINUTA DO CONTRATO

36.3.1. ANEXO “A” - MINUTA DO CONTRATO - **AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO RETENÇÃO E PAGAMENTO DIRETO A FUNCIONÁRIOS E/OU UTILIZAÇÃO DA GARANTIA**

36.3.2. ANEXO “B” - MINUTA DO CONTRATO - **MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

36.3.3. ANEXO “C” - MINUTA DO CONTRATO - **MODELO – APRESENTAÇÃO DO PREPOSTO DA EMPRESA CONTRATADA**

36.4 ANEXO “IV” - **MODELO - declaração nos termos das Resoluções nº 1/2005 e nº 7/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público**

36.5 ANEXO V – **DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Boa Vista – RR, 02 de Setembro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

NAZARENO NUNES RODRIGUES

Chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual/PR-RR/MPF

Revisado por,

Boa Vista – RR, 02 de Setembro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

ROBSON GUIMARÃES COSTA

Coordenador de Administração/PR-RR/MPF

De acordo com O OBJETO, quantitativos e definições técnicas e funcionais apresentadas no presente termo de referência,

(Assinado Digitalmente)

FRANCISCO AURISBERTO ALVES TEIXEIRA

Chefe da Seção de Segurança Orgânica e Transporte/PR-RR/MPF
Setor Demandante

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2019/PRRR/MPF**ANEXO “I”****QUADRO DEMONSTRATIVO DO EFETIVO DE VIGILÂNCIA POR TIPO DE POSTO**

Os postos serão, sempre que necessário, remanejados dentro da PR-RR, de forma a atender as necessidades de segurança.

I – EDIFÍCIO PRINCIPAL (SEDE)

Tipo de posto	Quantidade de postos	Quantidade de efetivo
Vigilante 12 horas Noturno Segunda-feira a Domingo (escala 12 x 36 h) Armado	02	04
Vigilante 12 horas Diurno Segunda-feira a Domingo (escala 12 x 36 h) Armado	01	02
Vigilante 44 horas semanais Diurno Segunda-feira a Sexta-feira Armado	03	03
Total	06	09

II – EDIFÍCIO ANEXO

Tipo de posto	Quantidade de postos	Quantidade de efetivo
Vigilante 12 horas Noturno Segunda-feira a Domingo (escala 12 x 36 h) Armado	01	02
Vigilante 12 horas Diurno Segunda-feira a Domingo (escala 12 x 36 h) Armado	01	02
Total	02	04

TOTAL DE POSTOS : 08**EFETIVO TOTAL : 13**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2019/PRRR/MPF

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Proposta Comercial	PREENCHA COM:
	<p><i>1 - Carimbo com CNPJ</i></p> <p><i>2 – Endereço completo da empresa com telefones e e-mail:</i></p>

Ao

Ministério Público Federal - MPF

Procuradoria da República no Estado de Roraima

CNPJ: 26.989715/0027-41

Rua General Penha Brasil, nº 1255, São Francisco, cep 69305-130, Boa Vista – RR

Telefone: (95) 3198-2029 e-mail: prrr-cpl@mpf.mp.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL GRUPO 1 (ITENS 1, 2 E 3)						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNT.	VALOR MENSAL ESTIMADO POR POSTO (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, ESCALA 12 X 36 H DIURNAS – SEGUNDA A DOMINGO, CBO 5173-30.	POSTO	2			
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, ESCALA 12X36H NOTURNAS – SEGUNDA A DOMINGO, CBO 5173-30.	POSTO	3			
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, TIPO ARMADA, 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS, CBO 5173-30.	POSTO	3			
TOTAL DO CONTRATO PARA 12 MESES DE VIGÊNCIA R\$						

Responsável pela assinatura do contrato: Nome completo: _____ Cargo: _____ CPF _____ _____._____._____-____	Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____
Validade da Proposta: 60 dias.	Prazo de entrega:
Demais condições da proposta:	

cidade - UF , de de 2019

Responsável pela assinatura da proposta:

Assinatura e carimbo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF _____ . _____ . _____ - _____

MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – PLANILHA – ITEM 1

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo MPF/PR/RR Nº 1.32.000.000268/2019-09	
Pregão Eletrônico nº 0xx/2019	
LEGENDA: CÉLULA A PREENCHER	
Dia ____ / ____ / ____ às ____ : ____ horas	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	BOA VISTA/RR
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº. de meses de execução contratual	12
Identificação do Serviço		
	Tipo de Serviço	Unidade de Medida
	Vigilância Diurna 12 x 36 Armada	Homem/mês
		Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
		02
1. MÓDULOS		

Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Diurna 12 x 36 Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	0,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Diurna 12 x 36 Armada
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	(100,00 %)	0,00
B	Adicional de Periculosidade (OBS: Conforme CCT.)	(30,00 %)	0,00
C	Adicional de Insalubridade (OBS: Conforme CCT.)	(%)	0,00
D	Adicional Noturno	(%)	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	(%)	0,00
H	Outros	(%)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			0,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário [1/12*100%]	(8,33 %)	0,00
B	Férias e Adicional de Férias [1/12*1/3*100%]	(2,78 %)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			(11,11 %) 0,00

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outra contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	(20,00 %)	0,00
B	Salário Educação	(2,50 %)	0,00
C	SAT (Seguro Acidente do Trabalho – varia entre 1% e 3%)	(1,00 %)	0,00
D	SESC ou Sesi	(1,50 %)	0,00
E	SENAI – SENAC	(1,00 %)	0,00
F	SEBRAE	(0,60 %)	0,00
G	INCRA	(0,20 %)	0,00
H	FGTS	(8,00 %)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2			(34,80 %) 0,00

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte $[(\text{Valor da passagem} \times 2 \times 15 \text{ dias}) - 6\% \text{ sobre o salário}]$	R\$ 0,00	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) $[(\text{Valor diário} \times 15 \text{ dias}) - 20\% \text{ PAT}]$	R\$ 0,00	0,00
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros (especificar – INTRAJORNADA) $[(1) \times \text{SOMA}(\text{\$28}:\text{\$30})/180 \times 15]$		0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diário		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições	0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL MÓDULO 2		0,00

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado $[(20,19\%) \times 1/12 \times 100]$	(1,68 %)	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado $[(8,00\% \times 1,68\%) \times 100]$	(0,13 %)	0,00
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado $[(1,68\%) \times (40\% + 10\%) \times 8,00\%] \times 100]$	(0,07 %)	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado $[(20,19\%) \times (7/30)/12] \times 100]$	(0,39 %)	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado $[36,80\% \times 0,39\%] \times 100]$	(0,14 %)	0,00
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	(0,02 %)	0,00
TOTAL MÓDULO 3		(2,43 %)	0,00

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias $[1/12 \times 100]$	(8,33 %)	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais $[8/30/12 \times 100]$	(2,22 %)	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade $[20/30/12 \times 0,015 \times 100]$	(0,08 %)	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho $[15/30/12 \times 0,86\% \times 100]$	(0,04 %)	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade $[6/12] \times 36,80\% \times 62,20\% \times 81,20\% \times [(1,86/31)/12] \times 100]$	(0,05 %)	0,00
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	(%)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		(10,72 %)	0,00

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada			
4.2	Intra jornada		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação (Conforme CCT)	(0,00 %)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2		(0,00 %)	0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	0,00
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL MÓDULO 4		0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPTs (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
B	Materiais (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
C	Depreciação de Equipamentos (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	
D	Equipamento pessoais	0,00
TOTAL MÓDULO 5		0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor
A	Custos Indiretos (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 6,62%)	0,00	0,00
B	Lucro (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 7,20%)	0,00	0,00
C	Tributos	8,65	0,00
	C.1 - Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	3,65	0,00
	PIS	0,65	0,00
	COFINS	3,00	0,00
	C.3 - Tributos Municipais	5,00	0,00
	ISS	5,00	0,00
TOTAL		8,65	0,00

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor Unitário (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	0,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos e Lucro	0,00
G	Módulo 6 – Tributos	0
	Valor Total por Empregado	0,00
	VALOR TOTAL MENSAL	0,00

Equipamentos posto 12x36						
item	descrição	Qtd.	Durabilidade e em meses	Percentual residual conforme IN RFB nº 1700/2017	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Revolver calibre 38	1	60			R\$ -
2	Munição para uma carga completa de revolver calibre 38 (6 unidades), de fábrica, sendo vedada munição remanufaturada	2	12			R\$ -
3	Coldre	1	60			R\$ -
4	Baleiro	1	60			R\$ -
5	Tonfa	1	60			R\$ -
6	Porta Tonfa	1	60			R\$ -
7	Placa balística /Colete	1	60			R\$ -
8	Lanterna recarregável	1	12			R\$ -
9	Livro de ocorrências	1	12			R\$ -
10	Bastão ou outro equipamento próprio para ronda eletrônica (no caso de posto com ronda eletrônica)	1	60			
Total Mensal de equipamentos para posto de 12 horas						R\$ -

Uniformes					
item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Calça	und.	4	R\$ -	R\$ -
2	Camisa manga curta ou longa	und.	4	R\$ -	R\$ -
3	sapato – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
4	meias – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
5	Quepe ou boné com emblema	und.	2	R\$ -	R\$ -
6	Capa para chuva com faixas refletivas	und.	2	R\$ -	R\$ -
7	Capa para Colete à prova de balas	und.	2	R\$ -	R\$ -
8	Cinto SESMT	und.	1	R\$ -	R\$ -
9	Apito	und.	1	R\$ -	R\$ -
10	Crachá	par	1	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Uniformes					R\$ -
Total Mensal de Uniformes					R\$ -
Material					
item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Protetor Solar	und.	2	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Materiais					R\$ -
Total Mensal de Materiais					R\$ -

MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – PLANILHA – ITEM 2

Processo MPF/PR/RR Nº 1.32.000.000268/2019-09	
Pregão Eletrônico nº 0xx/2019	
LEGENDA: CÉLULA A PREENCHER	
Dia ____/____/____ às ____:____ horas	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	BOA VISTA/RR
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº. de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância Noturna 12 x 36 Armada	Homem/mês	03

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Noturna 12 x 36 Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	0,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Noturna 12 x 36 Armada
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	(100,00 %)	0,00
B	Adicional de Periculosidade (OBS: Conforme CCT.)	(30,00 %)	0,00
C	Adicional de Insalubridade (OBS: Conforme CCT.)	(%)	0,00
D	Adicional Noturno $[(A+B)*58,33\%*20\%]$	(20,00 %)	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida $[(A+B)*8,33*1,20]$	(1,20 %)	0,00
H	Outros		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		0,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário $[1/12*100\%]$	(8,33 %)	0,00
B	Férias e Adicional de Férias $[1/12*1/3*100\%]$	(2,78 %)	0,00
	TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1	(11,11 %)	0,00

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outra contribuições

2.2	GPS, FGTS e outra contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	(20,00 %)	0,00
B	Salário Educação	(2,50 %)	0,00
C	SAT (Seguro Acidente do Trabalho – varia entre 1% e 3%)	(1,00 %)	0,00
D	SESC ou SESI	(1,50 %)	0,00
E	SENAI – SENAC	(1,00 %)	0,00
F	SEBRAE	(0,60 %)	0,00
G	INCRA	(0,20 %)	0,00
H	FGTS	(8,00 %)	0,00
	TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2	(34,80 %)	0,00

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte $[(\text{Valor da passagem} \times 2 \times 15 \text{ dias}) - 6\% \text{ sobre o salário}]$	R\$ 0,00	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) $[(\text{Valor diário} \times 15 \text{ dias}) - 20\% \text{ PAT}]$	R\$ 0,00	0,00
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros (especificar – INTRAJORNADA) $[(1+0,2) \times \text{SOMA}(\text{\$S\$28}:\text{\$S\$30})/180 \times 15]$		0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diário		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições	0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL MÓDULO 2		0,00

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado $[(20,19\%) \times 1/12 \times 100]$	(1,68 %)	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado $[(8,00\% \times 1,68\%) \times 100]$	(0,13 %)	0,00
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado $[[[(1,68\%) \times (40\% + 10\%) \times 8,00\%] \times 100]$	(0,07 %)	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado $[(20,19\%) \times (7/30)/12] \times 100]$	(0,39 %)	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado $[36,80\% \times 0,39\%) \times 100]$	(0,14 %)	0,00
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	(0,02 %)	0,00
TOTAL MÓDULO 3		(2,43 %)	0,00

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais

4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias $[1/12 \times 100]$	(8,33 %)	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais $[8/30/12 \times 100]$	(2,22 %)	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade $[20/30/12 \times 0,015 \times 100]$	(0,08 %)	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho $[15/30/12 \times 0,86\% \times 100]$	(0,04 %)	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade $[6/12] \times 36,80\% \times 62,20\% \times 81,20\% \times [(1,86/31)/12] \times 100]$	(0,05 %)	0,00
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	(%)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		(10,72 %)	0,00

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada

4.2	Intra jornada		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação (Conforme CCT)	(0,00 %)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2		(0,00 %)	0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	0,00
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL MÓDULO 4		0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
B	Materiais (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
C	Depreciação de Equipamentos (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	
D	Equipamento pessoais	0,00
TOTAL MÓDULO 5		0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor
A	Custos Indiretos (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 6,62%)	0,00	0,00
B	Lucro (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 7,20%)	0,00	0,00
C	Tributos	8,65	0,00
	C.1 - Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	3,65	0,00
	PIS	0,65	0,00
	COFINS	3,00	0,00
	C.3 - Tributos Municipais	5,00	0,00
	ISS	5,00	0,00
TOTAL		8,65	0,00

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor Unitário (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	0,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos e Lucro	0,00
G	Módulo 6 – Tributos	0
	Valor Total por Empregado	0,00
	VALOR TOTAL MENSAL	0,00

OBSERVAÇÃO I: OS PERCENTUAIS, VALORES E BENEFÍCIOS PREVISTOS E NÃO PREVISTOS NESTA PLANILHA, PODERÃO DE ALTERADOS (IN-CLUSOS OU EXCLUSOS) MEDIANTE PREVISÃO LEGAL OU ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA QUE POR VENTURA VENHA A MODIFICAR O AQUI PREVISTO APÓS LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO CONFORME ARTIGO 65 DA **LEI 8.666/93** E DO ARTIGO 12 DO **DECRETO N° 9.507/2018**.

OBSERVAÇÃO I: CONFORME ITEM 7.7 DO EDITAL, PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, É OBRIGATÓRIO O USO DA PLANILHA DE CUSTOS MODELO, A QUAL ESTÁ DISPONÍVEL NO SÍTIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA. LINK PARA DOWNLOAD DA PLANILHA DE CUSTOS: [HTTP://WWW.MPF.MP.BR/RR/TRANSPARENCIA/LICITACOES/2019/PREGAO-ELETRONICO](http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico).

OBSERVAÇÃO III: VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE PÚBLICO EM BOA VISTA RORAIMA ATÉ A DATA DE 10 DE JUNHO DE 2019 É DE R\$ 3,60 CONFORME DECRETO N° 199/E, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÃO IV: O PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA CUSTOS INDIRETOS (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO) É 6,62% E PARA LUCRO 7,20%.

Equipamentos posto 12x36

item	descrição	Qtd.	Durabilidade em meses	Percentual residual conforme IN RFB nº 1700/2017	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Revolver calibre 38	1	60			R\$ -
2	Munição para uma carga completa de revolver calibre 38 (6 unidades), de fábrica, sendo vedada munição remanufaturada	2	12			R\$ -
3	Coldre	1	60			R\$ -
4	Baleiro	1	60			R\$ -
5	Tonfa	1	60			R\$ -
6	Porta Tonfa	1	60			R\$ -
7	Placa balística /Colete	1	60			R\$ -
8	Lanterna recarregável	1	12			R\$ -
9	Livro de ocorrências	1	12			R\$ -
10	Bastão ou outro equipamento próprio para ronda eletrônica (no caso de posto com ronda eletrônica)	1	60			
Total Mensal de equipamentos para posto de 12 horas						R\$ -

Uniformes

item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Calça	und.	4	R\$ -	R\$ -
2	Camisa manga curta ou longa	und.	4	R\$ -	R\$ -
3	sapato – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
4	meias – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
5	Quepe ou boné com emblema	und.	2	R\$ -	R\$ -
6	Capa para chuva com faixas refletivas	und.	2	R\$ -	R\$ -
7	Capa para Colete à prova de balas	und.	2	R\$ -	R\$ -
8	Cinto SESMT	und.	1	R\$ -	R\$ -
9	Apito	und.	1	R\$ -	R\$ -
10	Crachá	par	1	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Uniformes					R\$ -
Total Mensal de Uniformes					R\$ -

Material

item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Protetor Solar	und.	2	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Materiais					R\$ -
Total Mensal de Materiais					R\$ -

MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – PLANILHA – ITEM 3

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Processo MPF/PR/RR Nº 1.32.000.000268/2019-09	
Pregão Eletrônico nº 0xx/2019	
LEGENDA: CÉLULA A PREENCHER	
Dia ____/____/____ às ____:____ horas	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	BOA VISTA/RR
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº. de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância Diurna 44h Armada	Homem/mês	03

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Diurna 44h Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	0,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Diurna 44h Armada
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	(100,00 %)	0,00
B	Adicional de Periculosidade (OBS: Conforme CCT.)	(30,00 %)	0,00
C	Adicional de Insalubridade (OBS: Conforme CCT.)	(%)	0,00
D	Adicional Noturno	(%)	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	(%)	0,00
H	Outros	(%)	
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		0,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário $[1/12 \times 100\%]$	(8,33 %)	0,00
B	Férias e Adicional de Férias $[1/12 \times 1/3 \times 100\%]$	(2,78 %)	0,00
	TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1	(11,11 %)	0,00

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outra contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	(20,00 %)	0,00
B	Salário Educação	(2,50 %)	0,00
C	SAT (Seguro Acidente do Trabalho – varia entre 1% e 3%)	(1,00 %)	0,00
D	SESC ou SESI	(1,50 %)	0,00
E	SENAI – SENAC	(1,00 %)	0,00
F	SEBRAE	(0,60 %)	0,00
G	INCRA	(0,20 %)	0,00
H	FGTS	(8,00 %)	0,00
	TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2	(34,80 %)	0,00

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte [(Valor da passagem*22 dias) - 6% sobre o salário]	R\$ 0,00	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) [(Valor diário*22 dias) – 20% PAT]	R\$ 0,00	0,00
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros (especificar – INTRAJORNADA)		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diário		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL MÓDULO 2		0,00

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado [(20,19%)*1/12*100]	(1,68 %)	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [(8,00% x 1,68%) x 100]	(0,13 %)	0,00
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado [[(1,68%) x (40% + 10%) x 8,00%] x 100]	(0,07 %)	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado [(20,19%) x (7/30)/12] x 100]	(0,39 %)	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado [36,80% x 0,39%) x 100]	(0,14 %)	0,00
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	(0,02 %)	0,00
TOTAL MÓDULO 3		(2,43 %)	0,00

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais

4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias [1/12*100]	(8,33 %)	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais [8/30/12*100]	(2,22 %)	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade [20/30/12*0,015*100]	(0,08 %)	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho [15/30/12*0,86%*100]	(0,04 %)	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade [6/12] x 36,80% x 62,20% x 81,20% x [(1,86/31)/12]} x 100]	(0,05 %)	0,00
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	(%)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		(10,72 %)	0,00

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada

4.2	Intra jornada		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação (Conforme CCT)	(0,00 %)	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2		(0,00 %)	0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	0,00
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL MÓDULO 4		0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPTs (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
B	Materiais (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	0,00
C	Depreciação de Equipamentos (Nos termos do Art. 44 § 3º da Lei 8.666/93)	
D	Equipamento pessoais	0,00
TOTAL MÓDULO 5		0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor
A	Custos Indiretos (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 6,62%)	0,00	0,00
B	Lucro (PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA AUDIN = 7,20%)	0,00	0,00
C	Tributos	8,65	0,00
	C.1 - Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	3,65	0,00
	PIS	0,65	0,00
	COFINS	3,00	0,00
	C.3 - Tributos Municipais	5,00	0,00
	ISS	5,00	0,00
TOTAL		8,65	0,00

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor Unitário (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	0,00
	Subtotal (A+B+C+D+E)	0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos e Lucro	0,00
G	Módulo 6 – Tributos	0
	Valor Total por Empregado	0,00
	VALOR TOTAL MENSAL	0,00

OBSERVAÇÃO I: OS PERCENTUAIS, VALORES E BENEFÍCIOS PREVISTOS E NÃO PREVISTOS NESTA PLANILHA, PODERÃO DE ALTERADOS (INCLUSOS OU EXCLUSOS) MEDIANTE PREVISÃO LEGAL OU ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA QUE POR VENTURA VENHA A MODIFICAR O AQUI PREVISTO APÓS LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO CONFORME ARTIGO 65 DA **LEI 8.666/93** E DO ARTIGO 12 DO **DECRETO Nº 9.507/2018**.

OBSERVAÇÃO I: CONFORME ITEM 7.7 DO EDITAL, PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, É OBRIGATÓRIO O USO DA PLANILHA DE CUSTOS MODELO, A QUAL ESTÁ DISPONÍVEL NO SÍTIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA. LINK PARA DOWNLOAD DA PLANILHA DE CUSTOS: [HTTP://WWW.MPF.MP.BR/RR/TRANSPARENCIA/LICITACOES/2019/PREGAO-ELETRONICO](http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico).

OBSERVAÇÃO III: VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE PÚBLICO EM BOA VISTA RORAIMA ATÉ A DATA DE 10 DE JUNHO DE 2019 É DE R\$ 3,60 CONFORME DECRETO Nº 199/E, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÃO IV: O PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA CUSTOS INDIRETOS (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO) É 6,62% E PARA LUCRO 7,20%.

Equipamentos posto 44 horas						
item	descrição	Qtd.	Durabilidade e em meses	Percentual residual conforme IN RFB nº 1700/2017	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Revolver calibre 38	1	60			R\$ -
2	Munição para uma carga completa de revolver calibre 38 (6 unidades), de fábrica, sendo vedada munição remanufaturada	2	12			R\$ -
3	Coldre	1	60			R\$ -
4	Baleiro	1	60			R\$ -
5	Tonfa	1	60			R\$ -
6	Porta Tonfa	1	60			R\$ -
7	Placa balística /Colete	1	60			R\$ -
8	Lanterna recarregável	1	12			R\$ -
9	Livro de ocorrências	1	12			R\$ -
10	Bastão ou outro equipamento próprio para ronda eletrônica (no caso de posto com ronda eletrônica)	1	60			
Total Mensal de equipamentos para posto de 44 horas						R\$ -

Uniformes					
item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Calça	und.	4	R\$ -	R\$ -
2	Camisa manga curta ou longa	und.	4	R\$ -	R\$ -
3	sapato – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
4	meias – par	und.	2	R\$ -	R\$ -
5	Quepe ou boné com emblema	und.	2	R\$ -	R\$ -
6	Capa para chuva com faixas refletivas	und.	2	R\$ -	R\$ -
7	Capa para Colete à prova de balas	und.	2	R\$ -	R\$ -
8	Cinto SESMT	und.	1	R\$ -	R\$ -
9	Apito	und.	1	R\$ -	R\$ -
10	Crachá	par	1	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Uniformes					R\$ -
Total Mensal de Uniformes					R\$ -
Material					
item	Descrição	Und.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Protetor Solar	und.	2	R\$ -	R\$ -
Total Anual de Materiais					R\$ -
Total Mensal de Materiais					R\$ -

OBSERVAÇÃO I: Conforme item 7.7 do Edital, para fins de apresentação da proposta de preços, é obrigatório o uso da planilha de custos modelo, a qual está disponível no sítio da procuradoria da República no Estado de Roraima. Link para download da planilha de custos: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico>.

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DA PRIMEIRA.

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA (PR-RR)**, situada na Rua General Penha Brasil, 1255, bairro São Francisco, em Boa Vista – RR, CEP 69305-130, telefone (95) 3198-2000, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, senhor [.....nome.....], [.....nacionalidade.....], [.....estado civil.....], [.....profissão.....], portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado [no(a)endereço completo.....], no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 108, III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**,

e a empresa

[.....NOME DA EMPRESA.....], nome de fantasia “[.....]”, estabelecida à [.....endereço completo, incluindo município, UF e CEP.....], telefone (.....), neste ato representada pelo(a) seu(sua) [.....cargo.....], senhor(a) [.....nome.....], [.....nacionalidade.....], [.....estado civil.....], [.....profissão.....], portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado [no(a)endereço completo.....], e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**,

tendo em vista o contido no Processo nº 1.32.000.000268/2019-09, referente ao **Pregão nº.....**, doravante referenciado simplesmente por **LICITAÇÃO**, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 9.507, de 12 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017 e suas alterações, e ainda, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, atualizada, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO** para execução de **serviços de vigilância armada** nas dependências da **CONTRATANTE** na cidade de Boa Vista – RR, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada e operação de monitoramento eletrônico nas dependências da Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), situadas em Boa Vista – RR, em conformidade com o Anexo I do Edital da **LICITAÇÃO**, compreendendo inicialmente os seguintes locais:

Edifício Principal (Sede) – Rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo I – Rua General Penha Brasil, 1185/2, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo II – Rua Paulo Pereira, 74, Bairro São Francisco;
Edifício Anexo III – Rua Franco de Carvalho, 378, Bairro São Francisco;
Obra da nova Sede em construção – Rua General Sampaio, 496, Bairro 13 de Setembro.

CLÁUSULA 2ª: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que tratam o presente contrato compreendem a execução das atribuições discriminadas nos tópicos 9 e 14 do Termo de Referência que constitui o Anexo I do Edital da LICITAÇÃO.

CLÁUSULA 3ª: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo nº 1.32.000.000268/2019-09 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

I – Edital de Pregão nº/....., incluindo seus anexos;

II – Ata da Sessão da LICITAÇÃO, datada de/...../.....;

III – Proposta final firmada pela CONTRATADA em/...../....., contendo o valor global dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA 4ª: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga às incumbências estabelecidas no **tópico 22** do Termo de Referência da LICITAÇÃO, nos termos da lei e do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª: DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga às incumbências estabelecidas no **tópico 24** do Termo de Referência da LICITAÇÃO, nos termos da lei e do presente contrato.

CLÁUSULA 6ª: DO PREÇO

O preço mensal total dos serviços ora contratados é de R\$ (.....), perfazendo o valor global de R\$ (.....), durante a vigência deste contrato.

Parágrafo Único: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 7ª: DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância do preço mensal estabelecido na Cláusula anterior, até o 15º (décimo quinto) dia útil a contar da entrega da nota fiscal pertinente aos serviços executados, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor do Contrato, da completa e correta execução do serviço, em relação ao estabelecido no Termo de Referência da LICITAÇÃO e no presente contrato.

§ 1º – Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas de contribuições previdenciárias e as dos impostos e demais contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012.

§ 2º – Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da IN SFR nº 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

§ 3º – A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

§ 4º Quando ocorrido erros de preenchimento de dados técnicos da prestação do (s) serviço (s) ou erro na discriminação de valores na NF ou mesmo verificado o uso de NF com data de validade vencida, a mesma será devolvida para a CONTRATADA para correção onde não será contado o prazo no item anterior, havendo o percurso contínuo do prazo somente após a devida correção e devolução do faturamento à CONTRATANTE para fins pagamento;

§ 5º A PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA para efeito de reforço de empenhos e pagamento (s) da (s) fatura (s) referente ao objeto deste termo, consultará a regularidade da CONTRATADA junto ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES – SICAF para observação da regular situação junto às receitas Federais, Estaduais e Municipais;

§ 6º Havendo inadimplência da CONTRATADA junto às receitas mencionadas no item anterior, a fatura será paga a fim de evitar enriquecimento ilícito por parte da Administração, mas esta adotará as medidas necessárias para a suspensão de qualquer benefício à contratada, o que envolve suspensão da continuidade do serviço e prorrogações contratuais até que a regular situação seja constatada mediante Certidão Negativa entregue ao Gestor do Contrato ou atualização do sistema para leitura da regular situação via SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – SIAFI ou via SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO;

§ 7º A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, acompanhado da nota fiscal de serviços prestados, emitidas e entregues à unidade ou seção responsável, de acordo com as datas limites do mês da prestação do (s) serviço (s) e/ou fornecimentos do (s) material (is) faturado, comprovantes de recolhimento relativo à contribuição previdenciária do mês anterior no constante ao exposto no artigo 31 da [Lei 8.212/91](#), acompanhada das seguintes comprovantes:

- a)** Comprovante de pagamento salarial de seus colaboradores no mês anterior da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos comprovantes dos depósitos nominais dos salários e cópia dos respectivos contracheques devidamente assinado como recebido;
- b)** Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior a prestação dos serviços constantes da atual nota fiscal/fatura, discriminando o nome de cada colaborador beneficiado, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- c)** Regularidade junto a Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.
- d)** da apresentação dos documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP-RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET, Relação Tomador/Obra(RET) – Resumo, Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

§ 8º Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de até 30 (trinta) dias previstos no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a responsabilidade do MPF – PRRR, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira pelo índice da caderneta de poupança, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

§ 9º a data de emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.

§ 10º A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis (execução da garantia contratual), só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

- a)** Não houver cumprido as obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, dos quais não excluirão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis e demais já expressas neste termo ou incidentes no Edital.
- b)** Incorrer em omissão do cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas que podem ensejar ações de apropriação indébita Previdenciária ou Trabalhista junto à Justiça Competente a ser movida em ação pelo Ministério Público Federal nos termos da legislação vigente.

§ 11º Em casos de não pagamento, por parte da CONTRATADA, dos salários dos empregados no prazo da legislação trabalhista vigente, a CONTRATANTE poderá, desde que haja previsão em convenção ou acordo coletivo, descontar direto da Nota Fiscal, a pagar, a multa prevista a ser revertida ao trabalhador, obedecendo em todos os casos o direito de contraditório e ampla defesa.

§ 12º À Procuradoria da República no Estado de Roraima fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não forem prestados de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

§ 13º O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente; e

§ 14º Nos casos de atraso injustificado no pagamento dos salários dos empregados, e não havendo previsão de multa no Acordo ou Convenção Coletiva da categoria, poderá a CONTRATANTE comunicar ao MTE os fatos pertinentes para providências cabíveis nos termos do [Precedente Normativo nº 72 do TST](#);

§ 15º As notas fiscais e faturas para ateste e pagamentos das obrigações serão enviadas pelo Protocolo Eletrônico, através do qual poderá ser dado entrada em qualquer documentação para destinação administrativa relacionada à aquisição, por meio do link: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

CLÁUSULA 8ª – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTES DO CONTRATO

Visando à adequação aos novos salários praticados para a categoria CBO objeto deste contrato, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Artigo 12 do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017 e alterações.

§ 1º A contratada poderá exercer seu direito à repactuação dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não solicite tal repactuação neste prazo, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

§ 2º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da alocação de funcionários e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§ 3º O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos ao serviço fornecido, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

§ 4º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

§ 5º O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

§ 6º Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

§ 7º Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

b) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

§ 8º Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

§ 9º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 10º A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

§ 11º Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

§ 12º A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

§ 13º Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 14º Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

§ 15º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 16º O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

§ 17º As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

§ 18º Para os materiais e equipamentos previstos na planilha de formação de preços do objeto deste Termo de Referência, poderá desde que devidamente justificado e comprovado o impacto oneroso ao contrato, haver reajustes anuais na forma da lei.

§ 19º A periodicidade de reajuste do valor dos insumos do presente CONTRATO poderá ser anual, devendo a CONTRATADA demonstrar cabalmente a variação dos custos por meio de Planilha de Formação de Preços e Planilha de Custos a ser analisada pela CONTRATANTE a fim de comprovar o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos contada a partir da data limite para a apresentação da proposta, conforme disposto na Lei 1.054/1994 e na Lei nº 10.192 de 14/02/2001, utilizando-se neste contrato a variação do IPCA divulgado pelo IBGE, mediante aplicação do índice do mês anterior à data limite da apresentação da proposta e do índice do mês anterior ao mês previsto para o reajustamento, observando obrigatoriamente os seguintes critérios:

a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

b) As particularidades do contrato em vigência;

c) A nova planilha com variação dos custos apresentados;

d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

e) Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

§ 20º No cálculo do 1º reajuste, que se dará apenas com o interregno de 1 ano de vigência contratual, deverá ser utilizado o índice do mês anterior à data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.

§ 21º Para os reajustes subsequentes será utilizado o índice do mês anterior à data de concessão do último reajuste do CONTRATO e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.

§ 22º À época devida, a CONTRATADA habilitar-se-á ao pagamento do reajuste com apresentação de Notas Fiscais/Faturas distintas:

a) Uma relativa ao valor mensal reajustado.

b) Outra referente ao valor retroativo, se houver.

§ 23º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA 9ª – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 meses, de/...../..... até/...../....., podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

§ 1º Os serviços tenham sido prestados regularmente;

§ 2º A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

§ 3º O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

§ 4º A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

§ 5º A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§ 6º A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA 10ª – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ (.....), no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, na modalidade de, devendo ser renovado anualmente e complementado no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º – A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

§ 2º – A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

§ 3º – A CONTRATADA se obriga a renovar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, a contar da notificação pertinente.

§ 4º – A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA 11ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público da União, na seguinte classificação orçamentária: Programa de Trabalho nº 03062058142640001; Natureza de Despesa 33.90.39.03 (Vigilância Ostensiva). E, para o exercício seguinte, a execução será realizada com créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único – Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nºNE....., de/...../....., no valor de R\$ (.....), à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA 12ª – DO RECURSO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO

É admissível recurso aos atos da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme o art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA 13ª – DAS PENALIDADES E RECURSOS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente da CONTRATANTE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à CONTRATADA e das cabíveis cominações legais, nos termos do tópico 31 do Termo de Referência da LICITAÇÃO.

CLÁUSULA 14ª – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A rescisão do contrato poderá ser:

I – amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

II – determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;

III – judicial, nos termos da legislação.

§ 3º – A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE.

§ 4º – Em conformidade com o § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados e que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I – devolução de garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo de desmobilização.

§ 5º – A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

I – a execução da garantia contratual para ressarcimento, à CONTRATANTE, dos valores das multas que forem aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações que a ela forem devidas;

II – retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos que forem causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA 15ª – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, por meio de termos aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

Parágrafo único – Nenhum crécimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA 16ª – DA PUBLICAÇÃO

Este contrato e seus eventuais aditivos somente terão eficácia jurídica após a publicação de seus respectivos extratos no Diário Oficial da União, em atendimento ao ditame expresso no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo único – Incumbe à CONTRATANTE, à sua conta e no prazo legal, a publicação dos extratos a que se refere esta cláusula.

CLÁUSULA 17ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O Regime de execução do presente contrato será o disposto nos itens 4.4, 9, 20, 22, 28 e 30 do Termo de Referência Anexo I do edital do Pregão Eletrônico 06/2019/PRRR/MPF.

CLÁUSULA 18ª – DOS CASOS OMISSOS

Consoante artigo 55, XII da Lei 8.666/93, nos casos em que não for aplicável o disposto no item 33 do Termo de Referência Anexo I do edital do Pregão Eletrônico 06/2019/PRRR/MPF, ficam definidos para os casos omissos a sua resolução na forma do artigo 54 da lei de licitações aplicando-se-lhes, supletivamente, princípios gerais de direito, os princípios da teoria geral dos contratos, jurisprudências do Tribunal de Contas da União, Pareceres vinculativos da AUDIN-MPU, Decisões vinculativas do CNMP, analogia de casos

em que a AGU emitiu Pareceres de repercussão geral e em último caso as disposições de direito privado.

CLÁUSULA 19ª – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Boa Vista – RR para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO, lavrado em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Boa Vista (RR), de de 2019

Pela CONTRANTE:

Pela CONTRATADA:

[Nome]

Secretário Estadual

PROCURADORIA DA REPÚBLICA / RR

[Nome]

[cargo / função]

[EMPRESA]

Testemunhas:

[nome]

CPF nº

[nome]

CPF nº

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2019/PRRR/MPF

ANEXO III – A DA MINUTA DE CONTRATO

**AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO RETENÇÃO E PAGAMENTO DIRETO A
FUNCIONÁRIOS E/OU UTILIZAÇÃO DA GARANTIA
ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – PLENÁRIO**

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, **AUTORIZA**, para os fins de cumprimento das obrigações trabalhistas, sem exclusão das devidas sanções contratuais e legais, sob vista do disposto no Artigo 8º, § 2º do [Decreto nº 9.507/2018](#) e Artigos 64, 65 e 66 da [Instrução Normativa MPOG Nº 05/2017](#) da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e em cumprimento ao [Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário](#):

1. Que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do Contrato nº sejam descontados das faturas ou notas fiscais de contraprestação dos serviços fornecidos e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, conforme Artigo 8º VII, § 1º e 2º do Decreto nº 9.507/2018, sem prejuízo das sanções cabíveis;
2. Que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial;
3. Que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica;
4. Que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do décimo quinto dia útil após o encerramento da vigência contratual, conforme Artigo 65, II, Parágrafo Único da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do licitante)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2019/PRRR/MPF

ANEXO III – B DA MINUTA DE CONTRATO

MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu _____, portador do
RG nº _____, CPF _____, residente e domiciliado na

_____, cidade de
_____/_____, CEP _____, assumo o compromisso de manter

a confidencialidade de toda documentação, informação e dados a que tenho acesso em razão de minha prestação de serviços objeto de contrato com o Ministério Público Federal em Roraima, inclusive após o término do contrato. Comprometo-me a guardar sigilo absoluto, e não divulgar, revelar, ou reproduzir, por quaisquer meios, documentações, informações e dados pertencentes à PR-RR. Estou ciente que o descumprimento deste termo acarretará minha responsabilização civil e criminal.

_____, ____ de _____ de 20 ____

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2019/PRRR/MPF

ANEXO III - C DA MINUTA DE CONTRATO

MODELO – APRESENTAÇÃO DO PREPOSTO DA EMPRESA CONTRATADA

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, **INFORMA**, para os fins de acompanhamento dos serviços a serem prestados junto ao Contrato nº/2019 e representação da empresa junto a Procuradoria da República no Estado de Roraima, que o senhor....., detentor do CPF....., RG....., domiciliado no endereço....., será o preposto do Contrato nº

Telefone para contato do Preposto:

E-mail da empresa:

E-mail do preposto:

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

1.1 Conforme ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA do Termo de Referência Nº 15/2019/PR-RR/MPF, Anexo I deste Edital.

1.2 Conforme item 7.7 do Edital, para fins de apresentação da proposta de preços, é obrigatório o uso da planilha de custos modelo, a qual está disponível no sítio da procuradoria da República no Estado de Roraima. Link para download da planilha de custos: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2019/pregao-eletronico>.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO - CNMP

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

Nº PREGÃO: **06/2019** CNPJ: _____

NOME DECLARANTE: _____

CPF: _____

CARGO: _____

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de fornecimento do(s) objeto(s) deste certame junto à Procuradoria da República no Estado de Roraima, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

OU (escolha apenas uma das opções)

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Boa Vista, RR, _____ de _____ de 2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Conforme ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO do Termo de Referência Nº 14/2019/PR-RR/MPF, Anexo I deste Edital.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conformemodelo constante neste anexo, acompanhado da proposta,conforme exigência do subitem **7.6, b, do Edital.**

1.1. Tal exigência visa atender aos seguintes dispositivos normativos: ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e à Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes contratantes.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **06/2019**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Boa Vista, RR, _____ de _____ de 2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão nº 06/2019, que eu, _____, portador (a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável Técnico da empresa _____, CNPJ/MF _____, estabelecida no (a) _____, como seu (ua) representante legal, para os fins da presente declaração, compareci perante o representante da Procuradoria da República em Boa Vista – RR e vistoriei os locais aonde serão executados os serviços, objeto da licitação em apreço, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das condições e grau de dificuldade existentes.

Boa Vista-RR, ____ de _____ de 2019

Nome: _____

Assinatura e carimbo
(Representante da empresa)

Visto:

Nome: _____

Matricula: _____
(Representante da PR-RR)